

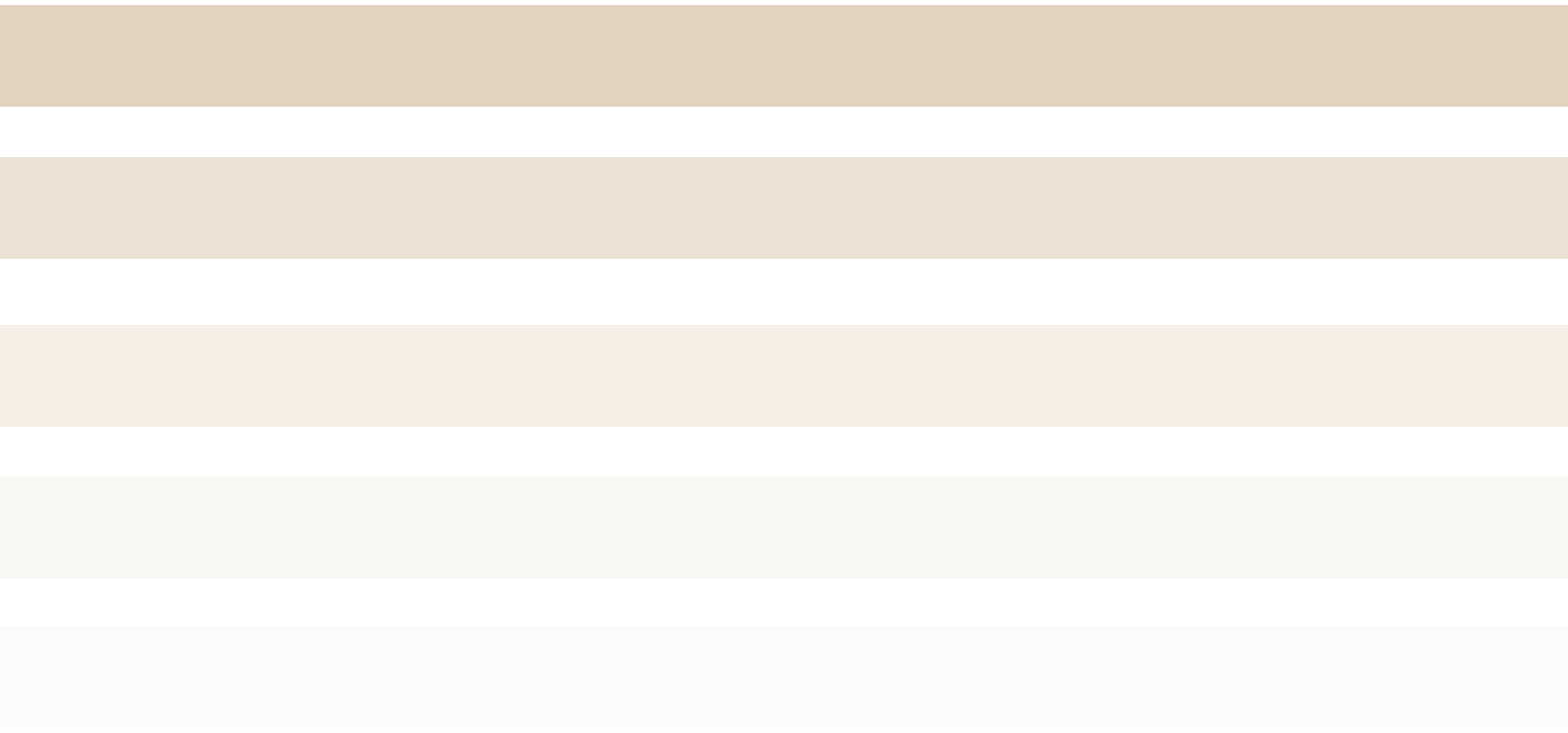
RELATÓRIO

20
10



CEDRO
TEXTIL

The logo for CEDRO TEXTIL features a stylized white wave icon above the word "CEDRO" in a bold, italicized sans-serif font. Below "CEDRO", the word "TEXTIL" is written in a smaller, all-caps sans-serif font. The entire logo is centered on a dark blue background.



04	Mensagem da Administração
06	Desempenho Econômico-financeiro
14	Balanço Socioambiental
27	Demonstrações Financeiras
49	Parecer dos Auditores Independentes

Prezados acionistas,

Apresentamos para apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2010.

O cenário global foi de continuidade de recuperação da crise financeira iniciada em 2008, cujos efeitos ainda foram percebidos durante 2009 e 2010. Este movimento foi sentido de forma mais acentuada nos países emergentes que possuíam fundamentos econômicos mais sólidos no momento da eclosão da crise. Entretanto, ainda persistiram algumas incertezas financeiras em algumas das economias centrais (EUA, Europa e Japão), que foram se normalizando até o final do ano, sem que tenham sido completamente resolvidas. Tais fatores não foram suficientes para impedir que as principais economias saíssem da recessão, embora ainda apresentando crescimento aquém de suas potencialidades. Segundo o último relatório sobre a economia, elaborado pelo FMI, projeta-se um crescimento mundial de 4,8% para 2010; uma inversão em relação aos 0,6% negativos apresentados no ano anterior.

O Brasil, juntamente com Índia e China, está entre os países onde não só os efeitos da crise foram menos sentidos como também a própria recuperação foi mais consistente. O País saiu de um crescimento negativo de 0,6% em 2009 para um crescimento de 7,5% em 2010. Vários indicadores apresentaram evolução, notadamente o índice de desemprego e o aumento da renda. Em 2011, o receio do aumento inflacionário, entre outros fatores, provavelmente provocará a adoção pelo governo de medidas contracíclicas, o que deve trazer o aumento do PIB para algo em torno dos 4%.

A produção da indústria brasileira medida pelo IBGE cresceu 6,29% em 2010. A indústria têxtil, embora tenha apresentado evolução positiva no faturamento (9,2% – estimativa ABIT), continuou a enfrentar as mesmas mazelas dos anos anteriores: basicamente, perda de competitividade em função do Custo Brasil e dos incentivos artificiais dados pelos governos dos principais países concorrentes da sua indústria local. Mesmo assim, foram gerados no Brasil 63 mil novos empregos e realizados investimentos maiores que no ano anterior (de US\$ 900 milhões para US\$ 2 bilhões – fonte: ABIT). Por outro lado, agravou-se o déficit de sua balança comercial: havia sido de US\$ 2,2 bilhões em 2009, número que cresceu para US\$ 3,5 bilhões em 2010. O fato que mais afetou, entretanto, foi o comportamento dos preços do algodão, principal matéria-prima da Companhia, tanto no mercado nacional quanto no internacional. O Brasil, apesar de autossuficiente, tem suas cotações altamente correlacionadas com as praticadas nos principais mercados mundiais. Nos últimos 18 meses, terminados em março de 2011, a alta foi de 242%, medida pelo índice Cepea-Esalq, sendo considerada a maior dos últimos 140 anos.

Para a Cedro, o ano de 2010 foi marcado por significativo aumento em Receita Bruta de Vendas (37,7%), alcançando R\$ 582,9 milhões. A continuada evolução da percepção da qualidade dos nossos produtos por parte dos clientes e o acerto na estratégia de aquisição da matéria prima, possibilitaram atravessar satisfatoriamente a crise provocada pelo forte aumento do preço do algodão. Impulsionada pelo mercado aquecido, a produção foi mantida em seu nível máximo durante a maior parte do ano. Com a consolidação de nova filosofia de gestão fabril e contínua evolução na leitura das necessidades do mercado, os estoques, tanto os de produtos em elaboração quanto os de acabados, foram reduzidos ao menor patamar já verificado.

Este é o primeiro ano em que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo IFRS. Reafirmando o compromisso da Companhia com as questões relacionadas à sustentabilidade, também pela primeira vez, apresentamos o Relatório Socioambiental de acordo com as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*).

O acionista foi remunerado, relativo ao exercício de 2010, com pagamento (entre juros sobre capital próprio e dividendos) no valor total de R\$ 7,1 milhões (R\$ 2,00 / ação - líquido de IRRF), em decisão *ad referendum* da Assembleia Geral dos Acionistas.

Em consonância com a Instrução CVM 381/03, cabe-nos informar que no decorrer do ano de 2010 nossos auditores independentes não prestaram serviços para a Companhia que não os relacionados ao trabalho de auditoria externa.

Diante de todo o quadro exposto, e, em função da qualidade e comprometimento dos seus colaboradores, do grau de modernização de seus equipamentos, da qualidade e adequação dos produtos, acreditamos que a Companhia está preparada para enfrentar os próximos anos com todas as condições para vencer as adversidades que eventualmente se apresentarem.

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas pelo apoio, aos colaboradores pela dedicação e empenho, aos clientes pela confiança e aos fornecedores e demais partes envolvidas. O esforço conjunto de todos os *stakeholders* foi fundamental para a obtenção dos resultados aqui apresentados.

Cristiano Ratton Mascarenhas
Presidente do Conselho de Administração

Aguinaldo Diniz Filho
Diretor-presidente

DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO

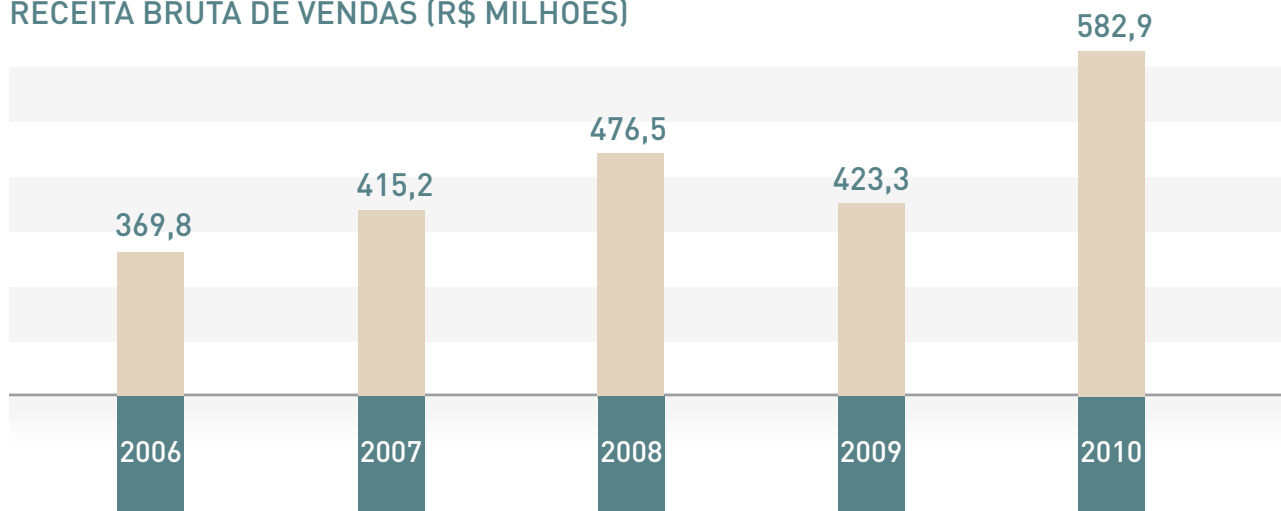


Chamamos a atenção para o fato de todos os valores doravante mencionados referirem-se aos dados consolidados.

RECEITA

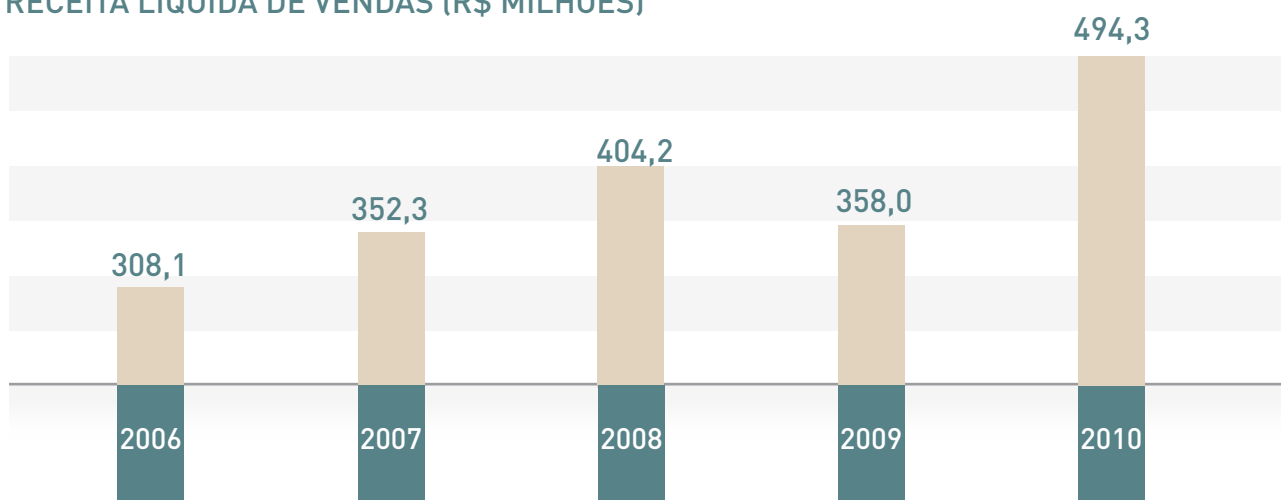
A Receita Bruta de Vendas em 2010 foi de R\$ 582,9 milhões, representando um acréscimo de 37,7% em relação a 2009. No período 2006-2010, o crescimento composto foi de 12% ao ano. Em 2010, já desde o seu início, o mercado confirmou a tendência de recuperação da crise de 2008. Houve avanço de 29,1 p.p. no volume de vendas.

RECEITA BRUTA DE VENDAS (R\$ MILHÕES)



A Receita Líquida de Vendas, que na nova norma contábil, passa a ser a primeira linha da Demonstração de Resultados, teve evolução semelhante: 38,1% na comparação de 2010 em relação a 2009, alcançando R\$ 494,3 milhões.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (R\$ MILHÕES)



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

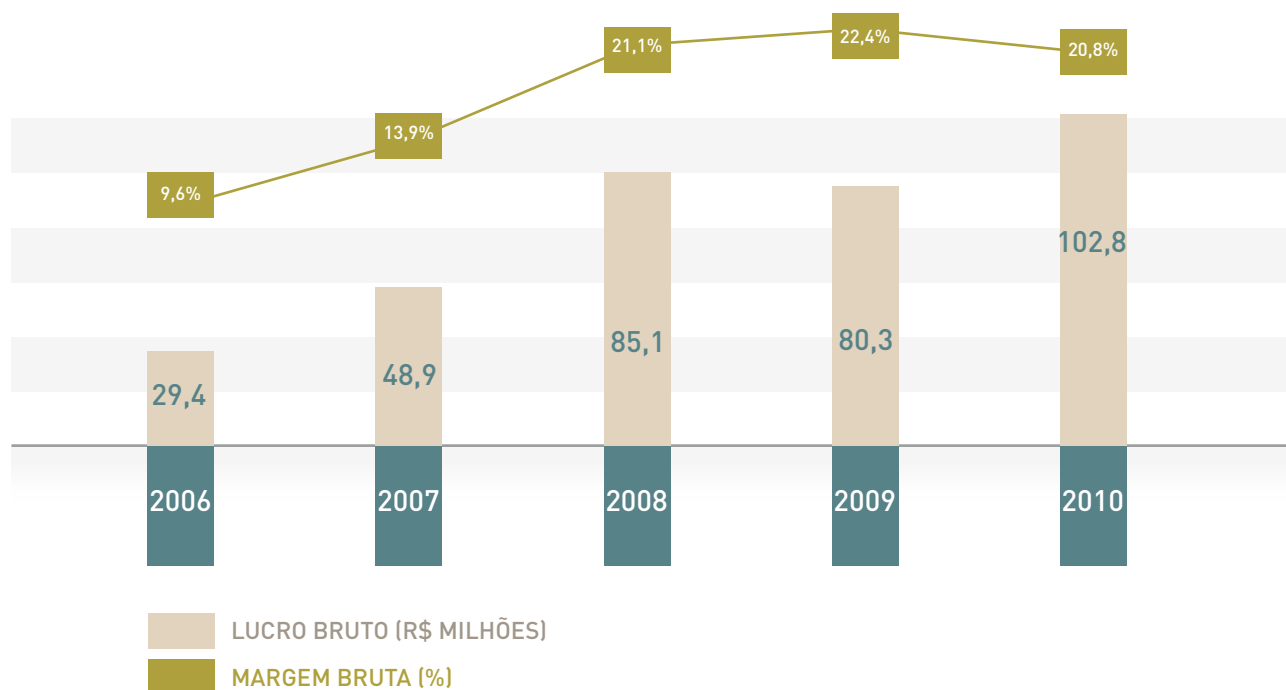
Para um aumento de 38,1% nas Receitas Líquidas, o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) cresceu 41,0%, o que explica a redução da margem bruta em 1,6 p.p., de 22,4% em 2009 para 20,8% no ano seguinte. Entretanto, em função do crescimento da Receita, o lucro bruto gerado (R\$ 102,8 milhões) foi 28,0% maior.

A principal razão para o aumento no CPV foi o brutal aumento das cotações do item mais importante na composição do custo, o preço do algodão. As cotações da *commodity* consumiram parte dos esforços de redução de custos e da melhoria do desempenho fabril. Também contribuiu para

amortecer a alta da matéria-prima a revisão do valor e da vida útil dos ativos, oportunidade proporcionada pela nova regra contábil (IFRS), o que resultou em menor despesa com depreciação.

O movimento de alta do algodão aconteceu em momento de demanda aquecida do mercado, permitindo que os preços de venda fossem corrigidos. Entretanto, os aumentos de tabela não são absorvidos pelo mercado na mesma velocidade com que as cotações oscilam. Por outro lado, a demanda aquecida permitiu que a produção fosse mantida perto de sua capacidade máxima durante boa parte do ano, absorvendo melhor os custos fixos.





As despesas comerciais (que, em sua maioria, acompanham a evolução da Receita Bruta), as gerais, as administrativas, bem como demais despesas operacionais, analisadas conjuntamente, foram de R\$ 74,2 milhões (margem de 15,0%) e R\$ 50,0 milhões (margem de 14,0%), respectivamente, em 2009 e 2010, ou seja, cresceram proporcionalmente mais do que a evolução da Receita Líquida de Vendas. As despesas comerciais relativamente à Receita Líquida caíram de 8,7% em 2009 para 7,8% em 2010. As despesas administrativas significaram 4,3% da Receita Lí-

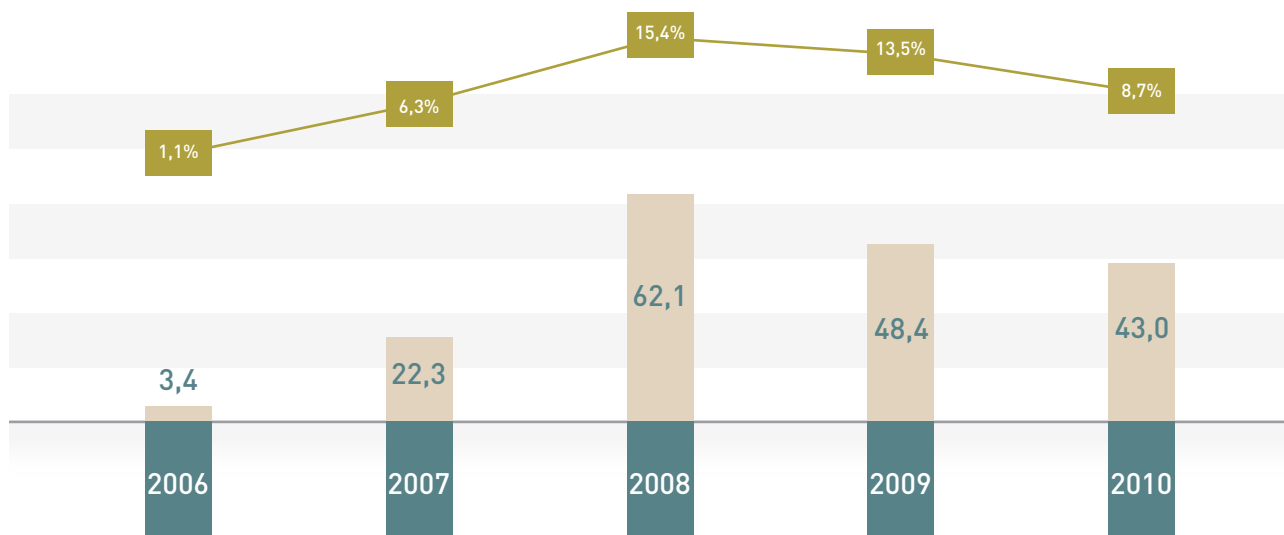
quida de 2010 e haviam sido de 4,5% no ano anterior. As outras despesas operacionais aumentaram em R\$ 12,1 milhões, significando elevação de 0,7% para 2,9% da Receita Líquida de um ano para o outro. O programa de participação nos lucros e resultados (PPLR) – inexistente em 2009 –, a constituição de provisões e o resultado de contratos com derivativos foram responsáveis pela maior parte desta variação. Esses contratos estão relacionados a *hedge* de compra de algodão para entrega futura, e seu balanço será positivo quando da entrega física da mercadoria.



GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa, medida pelo Ebitda (lucro antes de impostos, juros, depreciações e amortizações), registrou em 2010 R\$ 43,0 milhões, valor 11,8% inferior aos R\$ 48,4 milhões de 2009. A margem Ebitda – de 8,7% – foi 4,9 p.p. menor que a do ano anterior. Contribuíram para a queda da margem a dificuldade de reajustar os preços de venda no mesmo ritmo do aumento da matéria-prima e os já citados lançamentos em “outras despesas operacionais”.

EBITDA (R\$ MILHÕES)



Ainda assim, foi suficiente para cobrir as despesas financeiras e possibilitar nova redução no endividamento, conforme demonstrado adiante.



RESULTADOS FINANCEIRO E LÍQUIDO

As despesas financeiras líquidas foram reduzidas de R\$ 22,3 milhões em 2009 para R\$ 12,7 milhões no ano seguinte (43,0% menores). Deve-se ressaltar, no entanto, que dentro do primeiro valor estão os efeitos não-recorrentes da adesão ao Refis, de R\$ 7,8 milhões, o que levaria o valor de 2009 para R\$ 14,5 milhões. Assim, a variação de 2009 para 2010 foi de 12,4%

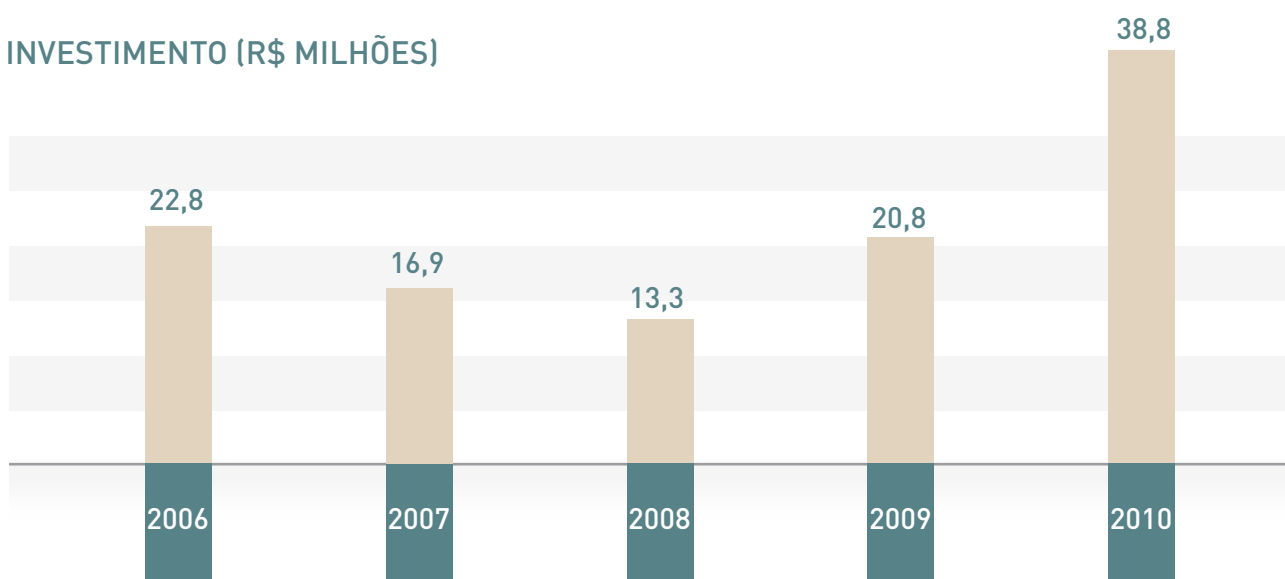
Depois de deduzidos os impostos e contribuições incidentes sobre a renda, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 14,6 milhões, superior ao de 2009, tanto em seu valor contábil (R\$ 3,3 milhões), quanto ao ajustado pela exclusão dos efeitos não-recorrentes (Refis), de R\$ 9,0 milhões. A margem líquida do exercício foi de 3,0%.



INVESTIMENTOS E ENDIVIDAMENTO

Em 2010, os investimentos foram 86,5% maiores que os do ano anterior em função do programa aprovado pelo Conselho de Administração ao final de 2009. Nesse ano, eles haviam sido de R\$ 20,8 milhões e, em 2010, registraram R\$ 38,8 milhões. Foi o maior valor dos últimos cinco anos.

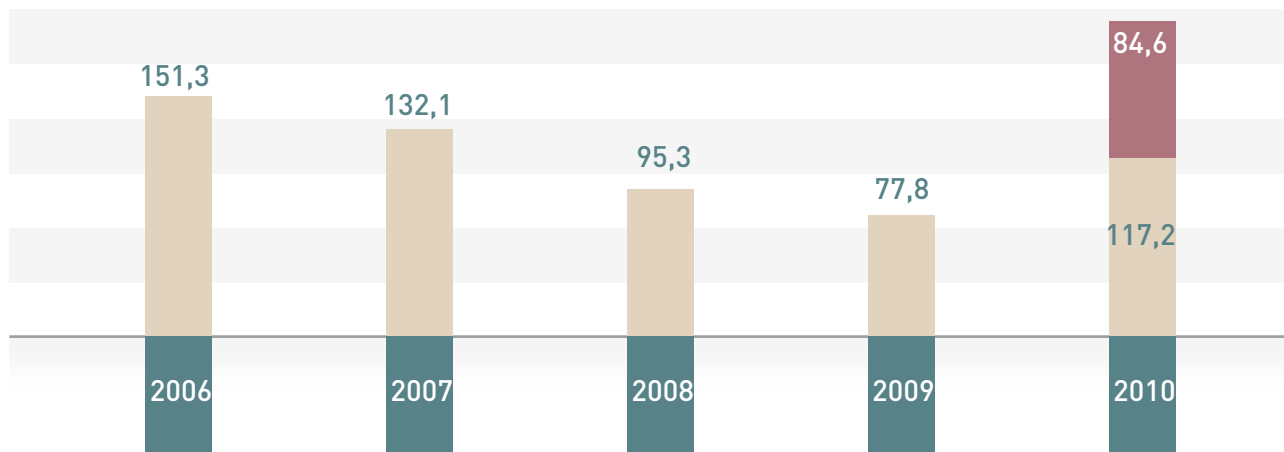
INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)



Na nova regra contábil, as operações de vendedor passam a ser contabilizadas diretamente no passivo, juntamente com os demais empréstimos e financiamentos, cujo saldo, por este motivo, apresentou elevação, pois dentro dele estão R\$ 84,6 milhões das operações de vendedor.

Portanto, não se pode comparar diretamente a série anterior da dívida líquida, que não está impactada por este efeito, com a de 2010. Excluindo desta o valor adicionado relativo ao vendedor, ela foi de R\$ 117,2 milhões, representando crescimento de R\$ 39,4 milhões em relação a 2009, compatíveis com a retomada dos investimentos. Utilizando o valor do endividamento excluindo o vendedor, a relação dívida líquida / Ebitda foi de 2,53.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)



Unidade Geraldo Magalhães
Mascarenhas (Sete Lagoas, MG)



Fundação

1872

138 anos de atividades ininterruptas

Governança

Sociedade Anônima de capital aberto, posicionada no Nível 1 de Governança Corporativa na BMF Bovespa desde 2003

Sede

Rua Paraíba, 337, Bairro Funcionários - Belo Horizonte, MG

Instalações

Fábrica do Cedro (CE) em Caetanópolis, MG

Fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas (GMM) em Sete Lagoas, MG

Fábrica Caetano Mascarenhas (CM - Cedronorte) em Pirapora, MG

Fábrica Victor Mascarenhas (VM - Cia. Santo Antônio) em Pirapora, MG

Centrais de Distribuição (CD) em Contagem e Pirapora, MG

Escritório Central (EC) em Belo Horizonte, MG

Produtos

Denims, brins e telas para as linhas

Moda e Profissional

Mercado

Brasil, América Latina (Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Venezuela), América Central (Costa Rica) e Europa (Turquia e Espanha).

Negócio

Vestir.

Missão

Criar valor com tecidos e serviços de qualidade, contribuindo para o sucesso dos nossos clientes.

Visão

Ser a melhor empresa têxtil do Brasil.

Valores

- **CONSTRUÇÃO DO FUTURO** - Desenvolver e perpetuar a Cedro inspirado no pioneirismo dos fundadores.
- **SUCESSO DO CLIENTE** - Considerar sempre as necessidades do cliente no que fazemos.
- **GERAÇÃO DE VALOR** - Garantir o crescimento sustentado e o retorno do capital investido.
- **VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS** - Desenvolver e reconhecer as pessoas e o trabalho em equipe.
- **RESPONSABILIDADE SOCIAL** - Atuar na melhoria das condições de vida da sociedade e na preservação do meio ambiente.
- **COMPROMETIMENTO** - Empenhar-se com entusiasmo, persistência e responsabilidade.
- **INTEGRIDADE** - Perenizar a tradição de seriedade e idoneidade.
- **TRANSPARÊNCIA** - Ter atitudes e comunicar de forma franca, clara e ágil.

Governança

A estrutura de governança da Cedro compreende os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria. O Conselho de Administração conta com a assessoria de cinco comitês: Comitês de Governança Corporativa, Remuneração, Avaliação, Auditoria e Risco, Estratégia.

O Conselho de Administração conta com um membro independente, dois membros executivos e onze membros externos. O Presidente do Conselho de Administração não exerce cargo executivo na empresa. Os membros do Conselho são submetidos a avaliações individuais. Os acionistas participam do Programa de Desenvolvimento de Acionistas da Fundação Dom Cabral.

Mensalmente, o Conselho de Admi-

nistração recebe um relatório de desempenho econômico, ambiental e social, que inclui riscos e oportunidades relevantes. Isso lhe permite acompanhar os resultados, especialmente o alcance das metas de desempenho econômico, que impactam a remuneração variável dos dirigentes. Nas unidades que possuem a ISO 14.001 (VM e CM) e ISO 9001 (CM, GMM, CD e EC) são realizadas reuniões de análise crítica e seus resultados são comunicados ao Conselho de Administração.

O Código de Conduta estabelece as orientações relativas ao conflito de interesses entre administradores, conselheiros e acionistas. Cabe ao Comitê de Governança Corporativa, ligado ao Conselho de Administração, verificar o seu cumprimento.

CÓDIGO DE CONDUTA

O Código de Conduta da Cedro encerra a consolidação de princípios e diretrizes que devem nortear o comportamento pessoal e profissional de seus dirigentes e colaboradores internamente e no relacionamento com os diversos públicos com os quais interagem. O Código de Conduta existe desde 23 de março de 2006 e em 2010 passou por uma revisão, com atualização e ampliação de seu escopo.

Todo o corpo funcional recebe treinamento e assina o compromisso com o seu conteúdo. Este treinamento inclui as questões relacionadas a Direitos Humanos (combate ao trabalho infantil e análogo ao trabalho escravo, liberdade de associação, posicionamento contra a discriminação) e a políticas e procedimentos anticorrupção.

<http://www.cedro.com.br/br/institucional/conduta.asp>

PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES

Participação na FIEMG, IBGC, FBN, ABRASCA, ABIT e CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Possui assento em:

IBGC – Capítulo Minas;

Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais / Associação Comercial.

Conselho de Política Tributária da FIEMG;

GRI – Grupo de Relações Industriais da FIEMG;

CEMA – Conselho de Empresas de Meio Ambiente da FIEMG

AGB Peixe Vivo Agência da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

O compromisso da Cedro com a sustentabilidade está registrado em seu Código de Conduta. A empresa está ampliando suas iniciativas e tem intenção de aderir, em um futuro próximo, a cartas e pactos de compromisso socioambiental.

DESEMPENHO AMBIENTAL

A Companhia possui uma Política Corporativa para a Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança desde 2005. A Política segue os requisitos da ISO 9001, implantada em 1997 e 14.001, implantada em 2005. Seus conteúdos, requerimentos e processos estão disseminados em toda a organização.

A Cedro adota um sistema de gerenciamento sobre as questões ambientais, o qual se estende aos prestadores de serviços. As informações en-

contram-se atualizadas e têm seus procedimentos normatizados.

Um representante da alta direção coordena as atividades do SGI - Sistema de Gestão Integrado. Os objetivos e metas para qualidade e meio ambiente são gerenciados por uma equipe de gestores e recebem auditorias periódicas.

Em 2010, foram mantidos os certificados da ISO 9001 e ISO 14001, após verificação ocorrida no mês de agosto.

MATERIAIS

O algodão recuperado (3,65%) se constitui no principal insumo oriundo de reciclagem interna. Sua utilização está associada à disponibilidade e custo do algodão adquirido, do plano de produção. A maior ou menor quantidade utilizada impacta diretamente na qualidade.

Sendo o algodão a principal matéria-prima, uma *commodity* agrícola, sua cotação é influenciada pelas mudanças climáticas e trazem impacto aos negócios da empresa.

ENERGIA

CONSUMO DE ENERGIA- KW			
	COMPRADA	GERADA	TOTAL
CE	13.648.719	11.853.389	25.502.108
GMM	44.138.745		44.138.745
VM	66.635.230		66.635.230
CM	33.657.483		33.657.483
TOTAL			169.933.566

A energia elétrica é adquirida da Concessionária CEMIG - Hidroeletricidade. Com respeito ao consumo de combustíveis para aquecimento, a empresa vem mudando sua matriz desde 2006, com a substituição dos derivados de petróleo por biomassa, adquirida de fornecedores externos, devidamente licenciados. Hoje a maior parte de sua energia térmica é gerada com a queima de lenha de eucalipto.

A Cedro tem racionalizado o uso da energia térmica por meio da mudança de processos, utilizando-se aquecimento direto em estufas, cilindros secadores e aquisição de geradores de vapor mais eficientes.



Área de Preservação Ambiental, Serra do Cipó, MG

ÁGUA

As informações sobre consumo de água estão disponíveis nos controles diários de extração de água dos poços artesianos e da concessionária de fornecimento.

CONSUMO (M ³ /ANO) POR UNIDADE		ORIGEM DA ÁGUA (M ³ /ANO)	
CE	49.871	Poços artesianos das unidades	1.005.095
GMM	779.124	Adquirida do SAAE	504.324
VM	641.040		
CM	39.384		
TOTAL	1.509.419	TOTAL	1.509.419

Os efluentes industriais gerados na unidade de Caetanópolis e Cedronorte são tratados nas ETE's de Sete Lagoas e Santo Antônio, respectivamente. Cerca de 30% do efluente tratado da Cedro é reutilizado no processo, na lavagem de pátios, jardins e outros fins não potáveis.

BIODIVERSIDADE

A Cedro possui uma área de 5.600 hectares, no município de Cardeal Mota, inserida na APA Morro da Pedreira, na Serra do Cipó. Ela encontra-se totalmente preservada, sob manutenção permanente. Nesta área existe uma pequena Usina Hidrelétrica (PCH), a Usina Pacífico Mascarenhas, responsável por parte da energia consumida na fábrica de Caetanópolis. Até o momento não foram desenvolvidos estudos sobre a biodiversidade na área em questão.



EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

A empresa ainda não realizou seu inventário de GEE. O controle existente é realizado através de medição de materiais particulados emitidos nas caldeiras de Biomassa. Em 2011, será realizado seu primeiro inventário de GEE.

O aspecto ambiental mais significativo com relação a possíveis impactos sobre a biodiversidade é a geração de efluentes líquidos. Por isso, este é um dos principais focos do Sistema de Gestão Integrado.

A Cedro possui um balanço hídrico de suas atividades, considerando água industrial, potável, de reuso, efluente bruto e efluente tratado. Todo efluente gerado na Cedro passa por tratamento biológico, sendo que na Fábrica Santo Antônio, em Pirapora, a maior parte é descartada no emissário do Distrito Industrial do Município em conformidade com os parâmetros de lançamento estabelecidos na DN COPAM 01/2008. Vale lembrar que a ETE de Santo Antônio está passando por reestruturação, onde será implantado um sistema de membranas de ultra-filtração (VRM), que permitirá melhoria da eficiência do potencial de reuso.

Algumas iniciativas desenvolvidas em 2010 tiveram como objetivo a redução de geração de odores e abatimento de cor residual nos efluentes tratados.

Não houve ocorrência de derramamentos de proporções significativas em 2010.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Os aspectos ambientais de produtos e processos foram mapeados por atividade. As embalagens de produtos são recicláveis, mas a organização não faz sua reutilização.

CONFORMIDADE

Foram pagas duas multas ambientais, decorrentes de processos que estavam sob análise técnica no COPAM e na Justiça de Pirapora, com valores de R\$16.000 e R\$49.000, referentes a problemas ocorridos nas unidades de GMM em 1996 e CSA em 1999. O piso salarial corresponde a 107,84% do salário mínimo.



COLABORADORES

A Cedro conta hoje com 3746 colaboradores, sendo 100% de sua força de trabalho contratada de acordo com a CLT.

QUADRO GERAL	2008	2009	2010
Administrativos	164	142	151
Produção	3.091	2.742	3.372
Licenciados	172	178	223
TOTAL	3.427	3.062	3.746

QUADRO POR LOCAL	2008	2009	2010
Capital	225	198	232
Interior	3.202	2.864	3.514

TURN OVER

VALORES ABSOLUTOS			TURNOVER ESTRATIFICADO		TURNOVER EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL	
GÊNERO	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Mulheres	124	56	0,45	0,19	0,08	0,03
Homens	600	378	0,47	0,28	0,39	0,23

VALORES ABSOLUTOS			TURNOVER ESTRATIFICADO		TURNOVER EM RELAÇÃO AO QUADRO TOTAL	
LOCALIZAÇÃO	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Capital	37	37	0,23	0,24	0,02	0,02
Interior	687	397	0,47	0,26	0,44	0,24

BENEFÍCIOS

A empresa oferece um leque de benefícios aos colaboradores. São eles:

- vestuários, equipamentos e outros acessórios para serem utilizados no local de trabalho, na prestação de serviço;
- educação em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;
- transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;
- assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;
- seguros de vida e acidente.

RELAÇÕES COM SINDICATOS

Existe uma agenda formal envolvendo os sindicatos e lideranças industriais. As reuniões são realizadas trimestralmente com o objetivo de discutir os aspectos organizacionais, resultados e relacionamentos da empresa com o empregado, independentemente das agendas anuais de negociação salarial. 100% dos empregados são abrangidos pelo acordo coletivo.

TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

	2009	2010
Horas de treinamento Anual	114.566	138.510
Hora de treinamento / empregado	37,42	36,98

DIVERSIDADE

O respeito à diversidade e a posição contra a discriminação estão presentes no Código de Conduta da Cedro. O valor dos salários é estipulado por cargo, não havendo diferença entre os gêneros.

		2008	2009	2010
Raça/ Etnia	Negros		168	153
	Pessoa com Deficiência		104	95
Gênero	Mulheres	603	548	702
	Homens	2.824	2.514	3.044
Faixa Etária	até 20 anos	125	49	261
	de 21 a 25 anos	540	475	699
	de 26 a 30 anos	701	599	749
	de 31 a 35 anos	531	544	594
	acima de 36 anos	1.530	1.395	1.443



SAÚDE E SEGURANÇA

Os temas relativos a Saúde e Segurança são objeto de iniciativas de treinamento e desenvolvimento. São elas:

- Treinamento de integração para novatos;
- Campanha de proteção das mãos;
- Campanha de conscientização de segurança no trânsito;
- Campanha de conscientização sobre AIDS e DST's;
- Programa quase acidente;
- DDS Diálogo diário da Segurança,
- IGS - Índice de gestão da segurança;
- Bate papo da Prevenção;
- Campanha de combate a Dengue;
- SIPAT;
- Curso de Primeiros socorros para brigadistas;
- Curso de formação de brigadistas e cipistas;
- Cursos de APR;
- Treinamento para terceirizados;
- Treinamento para operação de máquinas de guindar e transportar
- Gerenciamento de EPI's.

INDICADOR	RESULTADO
Número total de acidentes	55
Média de acidentes do trabalho/empregado/ ano	0,06
Acidentes com afastamento temporário do empregado	45
Número total de dias perdidos	285
Acidentes que resultaram em mutilação	1
Taxa de frequência	23,34

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

A Cedro tem ativa participação pública nas organizações setoriais, ABIT e Sindicato SIFT – MG, e atua, através delas, junto à Frente Parlamentar da Indústria Têxtil na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e no Congresso Nacional. A Frente Parlamentar foi criada por influência da ABIT, dirigida pelo Diretor-presidente da Cedro, **eleito em 2010 para seu segundo mandato.**

Nas eleições de 2010 a Cedro contribuiu para as campanhas com o valor de R\$580.000,00.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E VOLUNTARIADO

Por estar instalada em cidades de porte pequeno ou médio, a Cedro tem presença destacada na sua economia. Através dos empregos que gera, da arrecadação que proporciona ao município e da forma solidária com que participa da vida das comunidades, a sua ausência causaria grande impacto. A Cedro foi classificada pela Revista Isto é Dinheiro, como primeira empresa do segmento Têxtil em Responsabilidade Social.

Como parte de seu compromisso com as comunidades, a empresa articula ações sociais de parceria com organizações locais, com a participação voluntária de seus colaboradores.

Entre elas, cabe destacar:

- Beneficiamento Primário de Plantas Medicinais e Ervas Aromáticas, na unidade de Sete Lagoas: confecção e comercialização de produtos aromáticos como forma de autossustentabilidade da Horta Medicinal implantada em 2007.
- Projeto Mandalla, nas unidades de Pirapora: doações e vendas das hortaliças cultivadas no Projeto Mandalla, implantado em 2007 em área de 9.000m² visando a melhoria da qualidade de alimentação dos beneficiados e autossustentabilidade do projeto.
- Horta comunitária, na unidade de Caetanópolis: comercialização de hortaliças produzidas em horta implantada em 2007.
- Projeto Tecendo Educação que consiste no fornecimento de aulas de reforço escolar em Português, Matemática e Conscientização Ambiental gratuitas a crianças de 6 a 10 anos de idade nas unidades de Pirapora e Sete Lagoas. Em Pirapora, o Projeto limita-se ao atendimento somente de filhos de funcionários da empresa e em Sete Lagoas o Projeto é aberto à comunidade local.
- Doação de tecidos a entidades sociais: em organizações de atendimento, o objetivo é viabilizar atividades de artesanato, mas a empresa também doa tecidos profissionais a hospitais públicos para confecção de roupas de cama de bloco cirúrgico e pijamas destinados aos internos; a creches, entidades religiosas, clubes de serviços e clínicas de tratamento de dependentes de álcool e drogas visando além do incentivo à prática de atividades artesanais e ocupação do tempo como forma de terapia, também o aprendizado de uma atividade que pode gerar uma renda familiar.
- Festividades para crianças carentes e idosos, realizadas em todas as unidades, inclusive no Escritório Central em Belo Horizonte, em datas comemorativas, como o Dia das Crianças, Dia do Idoso e Natal.
- Apoio e incentivo aos projetos de educação, cultura e meio ambiente municipais das localidades onde está inserida, através de patrocínios e doações.

Voluntariado

- Dia V – Dia Nacional do Voluntariado: a Cedro atua na organização e mobilização de seus colaboradores e das comunidades em benefício da comunidade e do meio ambiente. São realizadas atividades nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, entretenimento e serviços sociais aos públicos infantil e adulto.

Esta iniciativa ocorre anualmente há seis anos consecutivos nas localidades onde está inserida, de forma organizada através dos Comitês Locais de Voluntariado, criados após a implantação do Programa de Voluntariado Empresarial em todas as unidades.

- Doação de alimentos não perecíveis, roupas e agasalhos a entidades carentes e vítimas de catástrofes através de campanhas de arrecadação realizadas exclusivamente para este fim.



Unidade Caetano Mascarenhas (Cedronorte – Pirapora, MG).
À frente, a horta do Projeto Mandalla

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Consolidado			Controladora		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.791	12.316	9.819	9.173	6.969	6.290
Contas a receber	7	121.308	98.818	97.169	65.380	50.082	55.088
Dividendos a receber					1.503	3.889	1.335
Estoques	8	80.278	68.310	85.713	34.985	36.833	39.239
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.398	9.154	4.324	670	3.694	2.910
Imposto de renda e contribuição social antecipados		1.873	1.309	1.736	191	479	1.268
Despesas do exercício seguinte		358	197	366	327	179	239
Outros ativos		8.343	2.965	3.043	719	1.048	803
		<u>234.349</u>	<u>193.069</u>	<u>202.170</u>	<u>112.948</u>	<u>103.173</u>	<u>107.172</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Impostos e contribuições a recuperar	9	30.983	17.934	24.125	19.116	9.464	8.742
Depósitos judiciais	16 e 17	1.556	3.087	8.572	1.425	2.991	5.600
Outros ativos		234	1.548	1.297	41	1.213	942
		<u>32.773</u>	<u>22.569</u>	<u>33.994</u>	<u>20.582</u>	<u>13.668</u>	<u>15.284</u>
Investimentos							
Em controladas	11				159.727	153.750	149.509
Imobilizado	12	330.088	307.054	309.681	157.955	156.948	162.311
Intangível	13	6.181	7.601	3.090	4.756	5.942	1.091
		<u>369.042</u>	<u>337.224</u>	<u>346.765</u>	<u>343.020</u>	<u>330.308</u>	<u>328.195</u>
Total do ativo		<u>603.391</u>	<u>530.293</u>	<u>548.935</u>	<u>455.968</u>	<u>433.481</u>	<u>435.367</u>
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores		20.417	16.544	13.051	15.540	36.172	8.960
Comissões a pagar		3.280	2.777	2.832	1.769	1.448	1.695
Mútuo com controlada					9.477		8.991
Empréstimos e financiamentos	14	158.745	104.654	115.975	86.936	60.172	68.140
Debêntures	15		539	1.215			
Salários e obrigações sociais		11.037	7.924	8.688	5.854	4.455	4.908
Participação dos administradores		1.127	535	894	943	268	732
Impostos e contribuições		1.909	2.351	800	633	1.093	391
Dividendos propostos	19	651	1.411	4.354	607	752	3.375
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	16		13.917				
Outras contas a pagar		11.943	5.849	10.647	5.170	4.374	5.749
		<u>209.109</u>	<u>156.501</u>	<u>158.456</u>	<u>126.929</u>	<u>108.734</u>	<u>102.941</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	14	61.891	46.109	53.697	20.256	20.478	19.352
Debêntures	15			491			
Provisão para contingências	17	522	348	373	473	245	270
Imposto de renda e contribuição social diferidos ...	25 (b)	28.076	30.453	41.020	24.004	26.450	34.735
Outras contas		703	777	659	232	232	218
		<u>91.192</u>	<u>77.687</u>	<u>96.240</u>	<u>44.965</u>	<u>47.405</u>	<u>54.575</u>
Patrimônio líquido							
Capital social	18	102.600	102.600	102.600	102.600	102.600	102.600
Reserva de capital		2.297	2.297	2.297	2.297	2.297	2.297
Ajuste de avaliação patrimonial		84.664	87.012	89.174	84.664	87.012	89.174
Reservas de lucros		94.513	85.433	83.780	94.513	85.433	83.780
		<u>284.074</u>	<u>277.342</u>	<u>277.851</u>	<u>284.074</u>	<u>277.342</u>	<u>277.851</u>
Participação dos não controladores		19.016	18.763	16.388			
		<u>303.090</u>	<u>296.105</u>	<u>294.239</u>	<u>284.074</u>	<u>277.342</u>	<u>277.851</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>603.391</u>	<u>530.293</u>	<u>548.935</u>	<u>455.968</u>	<u>433.481</u>	<u>435.367</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2010	2009	2010	2009
Receita líquida de vendas	21	494.341	357.979	294.930	198.854
Custo dos produtos vendidos	22	(391.552)	(277.642)	(238.358)	(172.555)
Lucro bruto		102.789	80.337	56.572	26.299
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	22	(38.496)	(31.274)	(18.677)	(16.528)
Gerais e administrativas	22	(21.094)	(16.278)	(17.346)	(12.925)
Remuneração dos administradores	10	(4.510)	(3.579)	(3.703)	(2.777)
Outras receitas (despesas) líquidas	23	(10.095)	1.115	(3.455)	(344)
Equivalência patrimonial	11			7.480	8.130
Lucro operacional		28.594	30.321	20.871	1.855
Resultado financeiro	24				
Despesas financeiras		(17.531)	(25.966)	(10.284)	(11.138)
Receitas financeiras		5.215	4.850	2.744	3.899
Variações cambiais		(424)	(1.279)	(23)	(713)
		(12.740)	(22.395)	(7.563)	(7.952)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.854	7.926	13.308	(6.097)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25(a)	(3.578)	(15.215)	(1.398)	(4.734)
Diferido	25(a)	2.377	10.566	2.446	11.074
Lucro líquido do exercício		14.653	3.277	14.356	243
Lucro atribuível aos:					
Acionistas da controladora		14.356	243	14.356	243
Acionistas não controladores		297	3.034		
Lucro líquido do exercício		14.653	3.277	14.356	243
Lucro básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício (Nota 26)		R\$ 4,02	R\$ 0,07	R\$ 4,02	R\$ 0,07

Não existem elementos para constituição da Demonstração do Resultado Abrangente e, por tal motivo, esta não está sendo apresentada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes o imposto de renda e da contribuição social	15.854	7.926	13.308	(6.097)
Ajustes				
Depreciação, exaustão e amortização	14.372	18.084	7.773	9.972
Resultado na venda de bens do imobilizado	1.391	799	(341)	760
Equivalência patrimonial			(7.481)	(8.130)
Juros, variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	11.441	17.662	6.529	7.709
Provisão para perdas com derivativos	5.531			
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber	(22.490)	(1.649)	(15.298)	5.006
Estoques	(11.968)	17.403	1.848	2.406
Tributos a receber	1.306	(4.671)	3.267	23
Outros ativos	(13.792)	4.698	(8.591)	(4.523)
Fornecedores	3.873	3.493	(20.632)	27.212
Salários e encargos sociais	2.578	(764)	1.399	(453)
Tributos a pagar	(1.013)	1.854	199	2.103
Outros passivos	5.569	(5.158)	4.066	(2.695)
Caixa proveniente das operações	12.652	59.677	(13.954)	33.293
Juros pagos	(9.516)	(9.036)	(4.761)	(4.498)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.344)	(4.234)	(2.195)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(15.208)	46.407	(20.910)	28.795
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(38.752)	(20.849)	(8.885)	(10.220)
Dividendos recebidos de Controladas			3.889	1.335
Recebimento por venda de ativos imobilizados	1.377	2.090	1.632	1.507
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(37.375)	(18.759)	(3.364)	(7.378)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(8.428)	(4.354)	(7.769)	(3.375)
Empréstimos captados	131.462	46.587	63.041	31.347
Pagamentos de empréstimos	(63.976)	(67.384)	(37.628)	(39.512)
Empréstimos liquidados com controlada			8.834	(9.198)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	59.058	(25.151)	26.478	(20.738)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.475	2.497	2.204	679
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.316	9.819	6.969	6.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.791	12.316	9.173	6.969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora

	Reservas de lucros							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Estatutária	De retenção de lucros	Lucros acumulados		
Em 1º de janeiro de 2009	102.600	2.297	89.174	19.801	11.709	52.270	1.878	277.851	294.239
Realização do ajuste do custo atribuído			(1.878)				1.878		
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas			(284)				284		
Lucro líquido do exercício						243	243		3.277
Destinações do lucro do exercício									
Constituição de reservas				136	136		(272)		
Absorção de prejuízos					(319)		319		
Dividendos mínimos obrigatórios							(752)	(659)	(1.411)
Dividendo adicional proposto						1.700	(1.700)		
Em 31 de dezembro de 2009	102.600	2.297	87.012	19.937	11.845	53.651		277.342	296.105
Adicional e complemento de dividendos do exercício anterior aprovado em AGO			(2.064)					(2.818)	(2.818)
Realização do ajuste do custo atribuído			(284)				284		
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas							284		
Lucro líquido do exercício							14.356	14.356	14.653
Destinações do lucro do exercício									
Constituição de reservas				583	835	7.518	(8.936)		
Juros sobre capital próprio pagos no exercício							(4.199)	(4.199)	(4.199)
Dividendos mínimos obrigatórios							(607)	(607)	(651)
Dividendo adicional proposto						2.962	(2.962)		
Em 31 de dezembro de 2010	102.600	2.297	84.664	20.520	12.680	61.313		284.074	303.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	576.636	418.583	348.916	236.471
Outras receitas	3.027	1.040	2.816	1.456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.296)	(6.175)	(1.608)	(3.301)
	<u>574.367</u>	<u>413.448</u>	<u>350.124</u>	<u>234.626</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e Serviços prestados	(244.823)	(172.484)	(98.120)	(76.827)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(174.175)	(87.181)	(167.684)	(100.488)
Perda de valores ativos	(1.040)	(919)	(180)	(399)
	<u>(420.038)</u>	<u>(260.584)</u>	<u>(265.984)</u>	<u>(177.714)</u>
Valor adicionado bruto	154.329	152.864	84.140	56.912
Depreciação e amortização	(14.372)	(18.084)	(7.773)	(9.972)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	139.957	134.780	76.367	46.940
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial			7.480	8.130
Receitas financeiras	5.215	4.861	2.744	3.899
Valor adicionado total a distribuir	145.172	139.641	86.591	58.969
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração Direta	52.064	45.204	27.721	25.121
Benefícios	14.216	11.681	7.049	6.091
FGTS	3.899	3.617	2.063	2.022
Renuneração dos administradores	4.510	3.579	3.703	2.777
	<u>74.689</u>	<u>64.081</u>	<u>40.536</u>	<u>36.011</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	34.074	42.163	19.578	9.952
Estaduais	2.089	1.681	885	218
Municipais	453	444	248	243
	<u>36.616</u>	<u>44.288</u>	<u>20.711</u>	<u>10.413</u>
Outros				
Juros	17.955	27.245	10.307	11.851
Aluguéis	1.259	750	681	451
	<u>19.214</u>	<u>27.995</u>	<u>10.988</u>	<u>12.302</u>
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio	4.199		4.199	
Dividendos	651		607	
Lucros retidos / prejuízo do exercício	9.550	243	9.550	243
Participação dos não controladores nos lucros retidos	253	3.034		
Valor adicionado distribuído	145.172	139.641	86.591	58.969

(i) A demonstração de valor adicionado não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante "Cedro" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de duas fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte (doravante "Cedronorte") e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante "Santo Antônio") – indústrias têxteis instaladas em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE. Anteriormente, a Cedro mantinha operações no exterior através de sua controlada Cedro International Sàrl, estando esta última em processo de dissolução.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais (da Controladora) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem as demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2009 e os saldos em 1º de janeiro de 2009, data de transição para o IFRS. O IFRS 1 (Primeira adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações do IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS (ou seja, 31 de dezembro de 2010). O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

A Nota 30 detalha os principais efeitos da transição para IFRS e as principais diferenças relacionadas às práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 1º de janeiro de 2009 e referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e instalações industriais na data de transição para os IFRS/CPCs e ativos financeiros mensurados a valor justo contra o resultado do exercício (inclusive instrumentos derivativos).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem com as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 e 2009, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	% participação	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte	Brasil	99,99%	99,99%
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua "moeda funcional". As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

(iv) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras (despesas)receitas, líquidas" no período em que ocorrem.

(v) Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado em "Outras (despesas)receitas, líquidas".

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das duplicatas. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado, quando aplicável (ou relevante), com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas efetivas das controladas são calculadas levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedidos, sobre as projeções futuras de resultado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais/bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido.

2.10 Imobilizado

Conforme faculdade estabelecida pelo IFRS 1/CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial do IFRS, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando uma adição ao custo registrado no ativo imobilizado consolidado em 1 de janeiro de 2009 de

R\$ 136.946 e na controladora de R\$ 111.702. Sobre o saldo constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (consolidado - R\$ 45.852; controladora - R\$ 37.979). A contrapartida do saldo, líquidos dos impostos incidentes, foi registrada no patrimônio líquido, como "ajustes de avaliação patrimonial" (Nota 18(b))

Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas descritas na Nota 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.12 Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que tem vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia e suas controladas relativos ao empréstimo.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliaram as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluíram que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS – Nota 9), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.17 Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

2.18 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.19 Normas e interpretações emitidas pelo IASB que ainda não estão em vigor

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2011.

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos dos principais novos procedimentos e interpretações:

IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)

A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de "parte relacionada" anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IAS 32 Classificação das emissões de direitos (alteração ao IAS 32)

A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são

classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta interpretação.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais"

Está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia e suas controladas aplicarão a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ou da controladora.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos em um prazo inferior a 10 anos.

(b) Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 17, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria "possível". Caso essa avaliação seja alterada para "provável", esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

4 Gestão do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas do balanço patrimonial. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

(b) Gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Os principais passivos financeiros da Companhia são os fornecedores as demais contas a pagar, os empréstimos e financiamentos e os derivativos. Com exceção dos empréstimos e financiamentos, cujo fluxo de vencimentos de longo prazo está demonstrado na nota 14, os demais instrumentos financeiros possuem vencimento no curto prazo (menos de um ano).

(c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios dos seus clientes e os limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(d) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(e) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Financiamentos em Moeda estrangeira	(4.954)	(341)	(1.830)	(4.954)		(470)
Fornecedores mercado Externo	(22)		(2.077)	(21)		(464)
Depósitos de margem (hedge)	4.834	149				
Contas a receber em Moeda estrangeira	6.707	7.122	10.794	2.584	3.338	3.521
Exposição ativa (passiva) Líquida	6.565	6.930	6.887	(2.391)	3.338	2.587

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros dos empréstimos e financiamento esta sumarizada na Nota 14.

(f) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM Derivativos

A controlada Santo Antônio participa em operações de opções de compra e de venda na Bolsa de Nova York com o objetivo de proteger e gerenciar os riscos inerentes à cotação da sua principal matéria-prima, o algodão. Essas operações têm como objetivo aperfeiçoar a aquisição futura de algodão, potencializando a competitividade da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros com fins especulativos.

A Companhia e suas controladas geralmente não liquidam suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais. Os instrumentos financeiros negociados podem requerer ajustes de margem de garantia.

A definição técnica destes contratos é sumariada a seguir:

Opções de compra e venda (Européia)

São operações de balcão nas quais o comprador da opção de compra ou de venda paga um prêmio inicial e, no vencimento, caso a diferença entre o valor contratado (preço de exercício) e o valor no mercado à vista seja negativa (no caso de uma opção de compra) ou positiva (no caso de uma opção de venda), este exercerá o seu direito. O não exercício das opções ocasionará a perda do prêmio inicial pago, por parte do comprador. O vendedor da opção é quem recebe um prêmio inicial e assume o risco de ganho limitado ao prêmio e perda ilimitada.

Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de algodão, realizados e não liquidados financeiramente, são registrados na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição da operação	Prêmio na data da negociação	Valor estimado do prêmio no vencimento	Ganho (perda) na posição	Ganho (perda) na posição
	US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
197 Contratos de opções com vencimento para julho/2011				
Posição vendida	2.149	5.537	(3.388)	(5.645)
Posição comprada	(1.970)	(2.038)	68	114
	<u>179</u>	<u>3.499</u>	<u>(3.320)</u>	<u>(5.531)</u>

Os contratos de derivativos possuem chamadas de margem, que consiste em efetuar depósitos para garantir o cumprimento dos contratos. O valor total da margem depositada em 31 de dezembro de 2010 relacionada a esses contratos é de R\$ 4.834, registrada em "Outros ativos", no ativo circulante.

Apesar das variáveis câmbio e cotação da "commodity" ter correlação negativa, o que concorre para reduzir naturalmente os riscos, a análise de sensibilidade abaixo foi efetuada isolando-se uma variável por vez, pois a variação do câmbio influencia de forma oposta a cotação da "commodity". Portanto, demonstramos cenários para (i) a alta dos preços da "commodity", com dólar fixado a R\$ 1,73, tendo como cenário provável a cotação dos contratos futuros em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 0,99 por libra) e (ii) a alta da cotação do dólar, com o preço da "commodity" fixado a US\$ 0,99, tendo como cenário provável o dólar a R\$ 1,74.

Risco	Consolidado		
	Provável	II	III
Alta da "Commodity"	6.715	12.223	17.731
Alta do dólar	6.715	8.393	10.072

Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário I), segundo avaliação efetuada pela administração.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício social, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2010.

Indexador	Valor	Cenário provável	Cenário possível 25%	Consolidado	
				Cenário remoto 25%	Cenário remoto 50%
100% CDI + 5,54%	6.052	188	235		282
100% CDI + 3,04%	7.745	241	301		361
TR + 12,26%	16.066	524	655		786
127% CDI	1.004	33	41		49
TJLP + 3,00 a 3,30%	3.496	114	142		171
Taxa Resolução 635 + 2,80%	335	11	14		16
TJLP + 3,8 a 4,30%	481	12	16		19
TJLP + 7,00%	296	8	10		11
IPCA + 6,00%	6.738	187	234		280
CDI + 112,20%	4.954	161	202		242
CDI + 112,20%	9.987	310	388		465
	<u>57.154</u>	<u>1.789</u>	<u>2.238</u>		<u>2.682</u>

Indexador	Valor	Cenário provável	Cenário possível 25%	Controladora	
				Cenário remoto 25%	Cenário remoto 50%
100% CDI + 3,04%	7.745	241	301		361
TR + 12,26%	8.193	267	334		401
127% CDI	1.004	33	41		49
TJLP + 3,00 a 3,30%	2.961	97	121		145
Taxa Resolução 635 + 2,80%	284	9	12		14
TJLP + 7,00%	44	1	1		2
CDI + 112,20%	4.954	161	202		242
	<u>25.185</u>	<u>809</u>	<u>1.012</u>		<u>1.214</u>

(g) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem inclui a dívida líquida dos empréstimos e financiamentos com rendimentos, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	220.636	150.763	107.192	80.650
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(18.791)	(12.316)	(9.173)	(6.969)
Dívida líquida	201.845	138.447	98.019	73.681
Total do patrimônio líquido	303.090	296.105	284.074	277.342
Capital e dívida líquida	504.935	434.552	382.093	351.023
Quociente de alavancagem	39,97%	31,86%	25,65%	20,99%

(h) Estimativa do valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas demonstrações financeiras.

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	18.791	18.791	12.316	12.316	9.819	9.819
Contas a receber	121.308	121.308	98.818	98.818	97.169	97.169
Depósitos de margem	4.834	4.834				
Depósitos judiciais	5.869	5.869	5.366	5.366	11.018	11.018
Outras contas a receber	3.743	3.743	4.513	4.513	4.340	4.340
Passivos financeiros						
Fornecedores	(20.417)	(20.417)	(16.544)	(16.544)	(13.051)	(13.051)
Comissões a pagar	(3.280)	(3.280)	(2.777)	(2.777)	(2.832)	(2.832)
Empréstimos e financiamentos	(220.636)	(222.049)	(150.763)	(151.728)	(169.672)	(170.758)
Dividendos propostos	(651)	(651)	(1.411)	(1.411)	(4.354)	(4.354)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.531)	(5.531)				
Programa de Recuperação fiscal			(13.917)	(13.917)		
Debêntures e outras contas a pagar ...	(13.121)	(13.121)	(6.626)	(6.626)	(11.306)	(11.306)
	<u>(109.091)</u>	<u>(110.504)</u>	<u>(71.025)</u>	<u>(71.990)</u>	<u>(78.869)</u>	<u>(79.955)</u>
						Controladora
						01/01/2009
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9.173	9.173	6.969	6.969	6.290	6.290
Contas a receber	65.380	65.380	50.082	50.082	55.088	55.088
Depósitos judiciais	1.425	1.425	2.991	2.991	5.600	5.600
Outras contas a receber	1.003	1.003	2.261	2.261	1.745	1.745
Passivos financeiros						
Fornecedores	(15.540)	(15.540)	(36.172)	(36.172)	(8.960)	(8.960)
Comissões a pagar	(1.769)	(1.769)	(1.448)	(1.448)	(1.695)	(1.695)
Empréstimos e financiamentos	(107.192)	(107.473)	(80.650)	(80.862)	(87.492)	(88.177)
Dividendos propostos	(607)	(607)	(752)	(752)	(3.375)	(3.375)
Outras contas a pagar	(5.401)	(5.401)	(4.606)	(4.606)	(5.967)	(5.967)
	<u>(53.528)</u>	<u>(53.809)</u>	<u>(61.325)</u>	<u>(61.537)</u>	<u>(38.766)</u>	<u>(39.451)</u>

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Passivos avaliados a valor justo

A tabela abaixo apresenta os passivos da Companhia e suas controladas mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Nível 2
Passivos	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	
Derivativos para negociação	5.531
Total do passivo	<u>5.531</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2.

5 Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos						
Empréstimos e recebíveis						
Contas a receber de clientes	121.308	98.818	97.169	65.380	50.082	55.088
Caixa e bancos	12.548	4.539	3.749	8.039	3.333	2.716
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.243	7.777	6.070	1.134	3.636	3.574
Depósito de margem	4.834					
Outras contas a receber	3.743	4.513	4.340	1.003	2.261	1.745
Depósito judicial	5.869	5.366	11.018	1.425	2.991	5.600
	<u>154.545</u>	<u>121.013</u>	<u>122.346</u>	<u>76.981</u>	<u>62.303</u>	<u>68.723</u>
Passivos						
Valor justo por meio de resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	5.531					
Outros passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	220.636	150.763	169.672	107.192	80.650	87.492
Fornecedores	20.417	16.544	13.051	15.540	36.172	8.960
Comissões a pagar	3.280	2.777	2.832	1.769	1.448	1.695
Dividendos propostos	44	564	4.354	607		3.375
Programa de recuperação fiscal		13.917				
Debêntures e outras contas a pagar	13.121	6.626	11.306	5.401	4.606	5.967
	<u>263.029</u>	<u>191.191</u>	<u>201.215</u>	<u>130.509</u>	<u>122.876</u>	<u>107.489</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e contas correntes bancárias	12.548	4.539	3.749	8.039	3.333	2.716
Aplicações financeiras de liquidez mediata						
Certificados de depósitos bancários - CDB	5.488	5.797	5.152	1.084	2.911	2.656
Debêntures	498	1.049				
Outros	257	931	918	50	725	918
	<u>18.791</u>	<u>12.316</u>	<u>9.819</u>	<u>9.173</u>	<u>6.969</u>	<u>6.290</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB possuem rentabilidade próxima à variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

7 Contas a receber

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Clientes no país	135.413	119.556	115.777	71.898	60.192	64.455
Clientes no exterior	6.707	7.122	10.794	2.584	3.338	3.521
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.812)	(27.860)	(29.402)	(9.102)	(13.448)	(12.888)
	<u>121.308</u>	<u>98.818</u>	<u>97.169</u>	<u>65.380</u>	<u>50.082</u>	<u>55.088</u>

A composição do contas a receber por vencimento é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
A vencer	111.715	75.556	89.779	57.911	39.853	51.069
Vencidos:						
Até 30 dias	6.282	8.554	4.793	3.691	3.847	2.707
Entre 31 e 60 dias	1.615	2.477	1.761	1.280	1.339	784
Entre 61 e 90 dias	1.134	2.131	893	686	846	490
Acima de 90 dias	21.374	37.960	29.345	10.914	17.645	12.926
	<u>142.120</u>	<u>126.678</u>	<u>126.571</u>	<u>74.482</u>	<u>63.530</u>	<u>67.976</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldos no início do exercício	27.860	29.402	13.448	12.888
Adições	5.296	6.175	1.608	3.301
Reversões / baixas	(12.344)	(7.717)	(5.954)	(2.741)
Saldos no final do exercício	<u>20.812</u>	<u>27.860</u>	<u>9.102</u>	<u>13.448</u>

8 Estoques

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Produtos acabados	22.294	29.575	36.002	14.655	18.273	22.142
Produtos em processo	22.561	16.683	12.722	13.187	9.484	6.360
Matérias-primas	22.632	11.284	25.094	3.031	5.880	7.978
Materiais auxiliares	13.439	11.749	11.926	4.668	3.831	2.911
Importações em andamento	1.859	484	430	664	405	216
Provisão para perdas em estoque	(2.507)	(1.465)	(461)	(1.220)	(1.040)	(368)
	<u>80.278</u>	<u>68.310</u>	<u>85.713</u>	<u>34.985</u>	<u>36.833</u>	<u>39.239</u>

A movimentação na provisão para perdas em estoque foi como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldos no início do exercício	(1.465)	(461)	(1.040)	(368)
Adições	(1.042)	(1.148)	(180)	(722)
Reversões		144		50
Saldos no final do exercício	<u>(2.507)</u>	<u>(1.465)</u>	<u>(1.220)</u>	<u>(1.040)</u>

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
ICMS - operações mercantis	2.472	8.078	2.516	114	3.218	2.420
ICMS - aquisição de imobilizado	416	415	658	219	218	284
Impostos sobre vendas em trânsito	333	229	906	243	103	103
Outros	177	432	244	94	155	103
	<u>3.398</u>	<u>9.154</u>	<u>4.324</u>	<u>670</u>	<u>3.694</u>	<u>2.910</u>
Não circulante						
ICMS - operações mercantis	29.119	17.303	23.730	18.744	9.233	8.458
ICMS - aquisição de imobilizado	1.731	498	278	239	98	167
Outros	133	133	117	133	133	117
	<u>30.983</u>	<u>17.934</u>	<u>24.125</u>	<u>19.116</u>	<u>9.464</u>	<u>8.742</u>

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS – Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2010 totalizou R\$ 25.463 (R\$ 17.501 em 2009) e foi registrados no resultado do exercício na rubrica contábil "Deduções de vendas".

A Administração tem adotado as seguintes medidas para evitar o aumento do saldo e possibilitar a realização dos créditos existentes: aquisição de insumos com ICMS diferido; transferência de créditos para terceiros e aquisição de matéria-prima em estados com alíquota de ICMS reduzida.

A Lei nº 17.247 também prevê a autorização para utilização do crédito de ICMS para pagamento de insumos e aquisição de bens de capital, em operações internas, até o limite do saldo acumulado existente em 31 de agosto de 2007. A regulamentação deste dispositivo foi deferida no dia 17 de julho de 2008 através do PTA nº 16.000186696.34.

10 Partes relacionadas - controladora

As operações de compras e vendas entre partes relacionadas são feitas a preços de mercado, com prazo médio de 30 dias para pagamento. Não são cobrados juros por atrasos, bem como não são concedidos descontos por antecipações.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas são remunerados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 2% ao ano, com vigência para 360 dias, podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira – ABC, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que despesas com as contribuições em 2010 e 2009 foram R\$ 590 e R\$ 426, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da administração, adquirindo serviços advocatícios que totalizam R\$ 94 (R\$ 168 em 2009). Os preços dos serviços são compatíveis ou abaixo dos praticados pelo mercado sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2010	2009	2010	2009
Contas a receber	1.234	650		1.077
Dividendos propostos a receber	1.245		147	3.889
Fornecedores	(1.140)	(5)	(5.504)	(30.123)
Mútuo ativo (passivo)	41	6	(9.477)	274
Transações				
Compras	(1.637)	(97)	(110.483)	(73.831)
Vendas	588	665	32.898	11.281
Receitas financeiras	4	142		56
Despesas financeiras	(1)	(47)	(643)	(160)

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Honorários	3.383	3.044	2.761	2.509
Participação nos lucros	1.127	535	943	268
	<u>4.510</u>	<u>3.579</u>	<u>3.704</u>	<u>2.777</u>

11 Investimentos em controladas

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte		Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	
	2010	2009	2010	2009
Milhares de ações possuídas pela Companhia:				
Ordinárias	3.376	3.376	2.075	2.075
Preferenciais	4.673	4.673	1.322	1.322
Participação da Companhia:				
No capital social integralizado	99,99%	99,99%	85,44%	85,44%
No capital votante	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Patrimônio líquido	47.368	42.877	130.538	129.479
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.736	(9.665)	2.042	20.831

Movimentação dos investimentos

	Cedronorte	Santo Antônio	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009, antes dos ajustes	<u>45.198</u>	<u>88.072</u>	<u>133.270</u>
Ajustes para IFRS/CPCs	7.344	8.061	15.405
Saldo em 1º de janeiro de 2009	<u>52.542</u>	<u>96.133</u>	<u>148.675</u>
Dividendos recebidos e a receber		(3.889)	(3.889)
Equivalência patrimonial	(9.665)	17.795	8.130
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>42.877</u>	<u>110.039</u>	<u>152.916</u>
Dividendos recebidos e a receber	(1.245)	(258)	(1.503)
Equivalência patrimonial	5.736	1.744	7.480
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>47.368</u>	<u>111.525</u>	<u>158.893</u>
Composição dos investimentos	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Equivalência patrimonial	158.893	152.916	148.675
Ágio	834	834	834
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>159.727</u>	<u>153.750</u>	<u>149.509</u>

Outras informações relevantes sobre os investimentos

Em 14 dezembro de 2009, foi realizada Assembléia dos acionistas que deliberou sobre a dissolução da Cedro International Sàrl. Este ato foi protocolado junto ao Registre Du Commerce de Genève, na Suíça, iniciando os procedimentos legais, momento em que foi alterada a razão social para Cedro International Sàrl, em Liquidation. O patrimônio líquido dessa entidade é negativo em R\$ 76 mil e o resultado em 2009 foi de R\$ 334 mil.

12 Imobilizado

Custo ou avaliação	Consolidado					Total
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	
Em 1º de janeiro de 2009	150.926	331.646	8.163	61.536	10.498	562.769
Adições	29	1.534	126		19.148	20.837
Baixas	(679)	(4.698)	(481)	(6)		(5.864)
Transferências para intangível	932	9.754	2.295		(18.573)	(5.592)
Em 31 de dezembro de 2009	<u>151.208</u>	<u>338.236</u>	<u>10.103</u>	<u>61.530</u>	<u>11.073</u>	<u>572.150</u>
Adições	1.517	2.133	182		34.795	38.627
Baixas	(821)	(9.406)	(81)			(10.308)
Transferências	1.571	10.688	66		(12.325)	
Em 31 de dezembro de 2010	<u>153.475</u>	<u>341.651</u>	<u>10.270</u>	<u>61.530</u>	<u>33.543</u>	<u>600.469</u>
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2009	(32.234)	(213.828)	(7.026)			(253.088)
Depreciação no exercício	(3.878)	(12.942)	(261)			(17.081)
Baixas	368	4.224	479			5.071
Alienações	1	46	(45)			2
Em 31 de dezembro de 2009	<u>(35.743)</u>	<u>(222.500)</u>	<u>(6.853)</u>			<u>(265.096)</u>
Depreciação no exercício	(3.436)	(9.070)	(318)			(12.824)
Baixas	266	7.194	79			7.539
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(38.913)</u>	<u>(224.376)</u>	<u>(7.092)</u>			<u>(270.381)</u>
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2010	<u>114.562</u>	<u>117.275</u>	<u>3.178</u>	<u>61.530</u>	<u>33.543</u>	<u>330.088</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u>115.465</u>	<u>115.736</u>	<u>3.250</u>	<u>61.530</u>	<u>11.073</u>	<u>307.054</u>
Em 1º de janeiro de 2009	<u>118.692</u>	<u>117.818</u>	<u>1.137</u>	<u>61.536</u>	<u>10.498</u>	<u>309.681</u>

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 1º de janeiro de 2009	81.445	163.051	6.925	44.773	4.875	301.069
Adições	26	589	57		9.537	10.209
Transferências para intangível	520	2.799	2.239		(11.147)	(5.589)
Em 31 de dezembro de 2009	81.991	166.439	9.221	44.773	3.265	305.689
Adições	9	1.221	52		7.473	8.755
Transferências	157	1.604	55		(1.816)	
Em 31 de dezembro de 2010	82.157	169.264	9.328	44.773	8.922	314.444
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2009	(19.668)	(112.845)	(6.245)			(138.758)
Depreciação no exercício	(2.314)	(6.729)	(180)			(9.223)
Alienações e baixas	(311)	(442)	(1)	(6)		(760)
Em 31 de dezembro de 2009	(22.293)	(120.016)	(6.426)	(6)		(148.741)
Depreciação no exercício	(2.023)	(4.204)	(230)			(6.457)
Alienações e baixas	(554)	(736)	(1)			(1.291)
Em 31 de dezembro de 2010	(24.870)	(124.956)	(6.657)	(6)		(156.489)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2010	57.287	44.308	2.671	44.767	8.922	157.955
Em 31 de dezembro de 2009	59.698	46.423	2.795	44.767	3.265	156.948
Em 1º de janeiro de 2009	61.777	50.206	680	44.773	4.875	162.311

Custos de empréstimo capitalizados

A Companhia e suas controladas possuem R\$ 33.543 em obras em andamento em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 11.073 em 2009). Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a construção de prédio para fiação, instalação para lavar tecidos em largo, ampliação para a tecelagem jato de ar e aquisição de máquinas de alvejamento contínuo. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Durante o exercício de 2010 foram capitalizados R\$ 1.198 (R\$ 425 em 2009). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 2,1%, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Custo atribuído e revisão das vidas úteis

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia e suas controladas concluíram a primeira de suas análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010, bem como para determinar o valor residual dos bens do imobilizado e o custo atribuído para 1º de janeiro de 2009. Para fins dessa análise, a Companhia e suas controladas contrataram empresas especializadas, para emissão de Laudo de Avaliação, aprovados pelo Conselho de Administração. Para a elaboração dos laudos, os engenheiros e técnicos têxteis consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens. Considerando que historicamente a Companhia e suas controladas não efetuaram a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado foi considerado como sendo igual a zero.

Conforme mencionado na Nota 30.2, a adoção do custo atribuído para determinadas classes do ativo imobilizado produziu um aumento patrimonial de R\$ 111.702 (controladora) e R\$ 136.946 (consolidado), antes dos efeitos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora
Edificações e benfeitorias	78.784	48.735
Máquinas, equipamentos e instalações	785	19.711
Terrenos	57.377	43.256
	<u>136.946</u>	<u>111.702</u>

A nova estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir.

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação - %	
	2010	2009
Edificações e benfeitorias	1,7%	2,3%
Máquinas, equipamentos e instalações	3,2%	4,4%

A taxa de depreciação de determinados bens das rubricas "Edificações e Benfeitorias" e "Máquinas, Equipamentos e Instalações" foram reduzidas a partir de 1º janeiro de 2009.

13 Intangível

	Consolidado				Controladora		
	Vida útil indefinida	Vida útil definida		Total	Vida útil definida		Total
		Marcas e patentes	Softwares e licenças		Marcas e patentes	Softwares e licenças	
Custo							
Em 1º de janeiro de 2009	1.592	2.137	7.318	11.047	837	2.875	3.712
Adições		9	3	12	9	3	12
Baixas		(5)	(20)	(25)	(5)		(5)
Transferências do imobilizado			5.593	5.593		5.589	5.589
Em 31 de dezembro de 2009	1.592	2.141	12.894	16.627	841	8.467	9.308
Adições		1	128	129	2	128	130
Em 31 de dezembro de 2010	1.592	2.142	13.022	16.756	843	8.595	9.438
Amortização							
Em 1º de janeiro de 2009	(758)	(709)	(6.490)	(7.957)	(215)	(2.406)	(2.621)
Amortização		(210)	(876)	(1.086)	(81)	(669)	(750)
Baixas		5	14	19	5		5
Transferência			(2)	(2)			
Em 31 de dezembro de 2009	(758)	(914)	(7.354)	(9.026)	(291)	(3.075)	(3.366)
Amortização		(207)	(1.342)	(1.549)	(80)	(1.236)	(1.316)
Em 31 de dezembro de 2010	(758)	(1.121)	(8.696)	(10.575)	(371)	(4.311)	(4.682)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2010	834	1.021	4.326	6.181	472	4.284	4.756
Em 31 de dezembro de 2009	834	1.227	5.540	7.601	550	5.392	5.942
Em 1º de janeiro de 2009	834	1.428	828	3.090	622	469	1.091

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

14 Empréstimos e financiamentos

	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos finan- ceiros anuais (%)	Consolidado					
				31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
				Circu- lante	Não Circulante	Circu- lante	Não Circulante	Circu- lante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2012 a 2013	100% CDI + 2,00 a 8,73	16.349	7.435	6.234	6.814	7.212	5.882
Cédula de Crédito Exportação ..	R\$	2011	10,91 + TR			27	2.500		
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009 a 2011	11,25 a 12,06	4.700	4.700	4.103	4.000	13.122	
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2012	TR + 10,46 a 13,70	8.516	7.550	20.222		13.894	
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2011	127% CDI	1.004		3.797	938	3.784	4.688
Cédula de Crédito Industrial	UM/BNDES	2015	Taxa Res.635 + 2,80	79	256	84	344	112	575
Cédula de Crédito Industrial	UR/TJLP	2015	TJLP + 3,00 a 3,30	849	2.647	853	3.483	855	4.314
Pré Pagto EXP	US\$	2013	CDI + 112,20	992	3.962				
EGF	R\$	2010 a 2011	6,75	35.035		1.012			
Finame	R\$	2019 a 2020	4,50	33	12.925				
Finame	UR/TJLP	2010 a 2020	TJLP + 2,38 a 7,00	183	593	2.179	479	2.152	2.696
Findes Pro-Invest	IPCA	2014 e 2015	6,00	1.091	3.819	436	4.661	12	4.881
Finimp/ Open End	US\$ e CHF	2009 e 2010	Libor + 0,70 a 1,25			341		1.384	446
FNE – IND	R\$	2017	8,45 a 9,78	2.545	13.534	2.555	15.996	2.448	18.456
Giro Setorial	R\$	2009	TJLP + 2,83					3.175	3.529
Modermaq	R\$	2011	10,90 a 11,00	493		1.603	490	1.570	2.088
Proim	IPCA	2013	6,00	2.268	4.470	16	6.404	15	6.142
Vendor	R\$	2011	13,35	84.608		61.192		66.240	
				158.745	61.891	104.654	46.109	115.975	53.697

	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos finan- ceiros anuais (%)	Controladora					
				31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
				Circu- lante	Não Circulante	Circu- lante	Não Circulante	Circu- lante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário	R\$	2010 a 2012	100% CDI + 2,00 a 8,73	9.051	3.685	6.234	6.814	5.185	5.882
Cédula de Crédito Exportação ..	R\$	2011	10,91 + TR			27	2.500		
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2009 a 2012	11,25 a 17,14	2.800	2.800	3.665	3.600	10.130	
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2012	TR + 10,91 a 13,70	4.343	3.850	9.915		5.811	
Cédula de Crédito Industrial	R\$	2011	127% CDI	1.004		3.797	938	3.784	4.688
Cédula de Crédito Industrial	UM/BNDES	2015	Taxa Res.635 + 2,80	67	216	71	291	96	486
Cédula de Crédito Industrial	UR/TJLP	2015	TJLP + 3,00 a 3,30	719	2.242	722	2.950	724	3.653
Pré Pagto EXP	US\$	2013	CDI + 112,20	992	3.962				
EGF	R\$	2011	6,75	16.621					
Finame	R\$	2020	4,5	8	966			7	
Finame TJ 462	UR/TJLP	2020	TJLP + 7,00	1	43				
Findes Pro-Invest	IPCA	2015	6,00	643	2.492	8	2.975		2.858
Finimp	CHF	2009	Libor CHF + 0,70					470	
Modermaq	R\$	2011	11,00	412		1.377	410	1.363	1.785
Vendor	R\$	2011	13,35	50.275		34.356		40.570	
				86.936	20.256	60.172	20.478	68.140	19.352

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010 e 2009 vencem como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010			21.816			12.398
2011		17.884	8.029		12.067	2.702
2012	29.180	10.277	6.610	13.789	4.940	1.373
2013	11.181	6.650	6.550	3.507	1.373	1.373
2014 a 2020	21.530	11.298	10.692	2.960	2.098	1.506
	61.891	46.109	53.697	20.256	20.478	19.352

Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil de R\$ 132.539 (R\$ 76.500 em 2009). A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 37.087 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 32.311 em 2009).

15 Debêntures

Refere-se a debêntures nominativas escrituradas a partir do exercício de 1998, a favor do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, na controlada Santo Antônio.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de debêntures junto ao Banco do Nordeste era representado por 255.974 títulos não conversíveis em ações amortizáveis em parcelas semestrais iguais, cujo último vencimento se deu em 2010.

As debêntures estavam sujeitas a encargos de 4% a.a., acrescidos da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo.

	31/12/2009	01/01/2009
Circulante	539	1.215
Não Circulante		491
	539	1.706

16 Programa de Recuperação Fiscal

Conforme decisão transitada em julgado no Superior Tribunal Federal em 1992, a Cedro e sua controlada Cedronorte deixaram de recolher a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que este procedimento tem sido contestado pelas autoridades fiscais, que lavraram autos de infração pelo seu não-pagamento. Em decorrência desses autos de infração a administração efetuou depósitos judiciais correspondentes aos períodos apurados a partir de 1999, visando a garantia de emissão de certidões negativas de débitos pela Receita Federal do Brasil, mantidos a valores históricos nas demonstrações financeiras da Companhia, na rubrica “Depósitos judiciais”, no ativo não circulante.

Em 30 de junho de 2009, o montante estimado da contingência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não contabilizado totalizava aproximadamente R\$ 48.000, incluindo encargos de juros e multas.

Entretanto, em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei n°. 11.941/09 e pela Medida Provisória n°. 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Na controladora, a adesão ao parcelamento do REFIS foi realizada optando pelo prazo de 30 meses, sendo que a Companhia pretende efetuar a liquidação do parcelamento através dos depósitos judiciais existentes. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão para pagamento, registrada no passivo não circulante, encontra-se líquida de depósitos judiciais no mesmo valor.

Na controlada Cedronorte, o pagamento integral do parcelamento foi efetuado em março de 2010 e a movimentação dos valores devidos após os benefícios do Programa de Recuperação Fiscal é demonstrada como segue:

	Consolidado – 31/12/2009					
	Principal atualizado	Multa	Juros	Prejuízo fiscal	Depósitos Judiciais	Total
Contribuição social sobreo lucro líquido - CSLL	14.147	246	10.299	(2.664)	(8.111)	13.917

17 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas registraram provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para contingências trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas e consideram as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas aos processos, cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências:

	Consolidado						
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	01/01/2009
Tributárias							
IOF	24			24			24
PIS e COFINS	978			978			978
Seguro de Acidentes do Trabalho	805			805			805
Imposto sobre importação						(176)	176
Taxas florestais/lbama			(180)	180			180
Taxa de incêndio de edificações	201	34		167	24		143
Contribuição Social	2.396	2.396					
	4.404	2.430	(180)	2.154	24	(176)	2.306
Trabalhistas	431	22	(64)	473		(40)	513
Total das contingências	4.835	2.452	(244)	2.627	24	(216)	2.819
Depósitos judiciais	(4.313)	(2.168)	134	(2.279)	(24)	191	(2.446)
	522	284	(110)	348		(25)	373
	Controladora						
	31/12/2010	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	01/01/2009
Tributárias:							
IOF	24			24			24
PIS e COFINS	501			501			501
Seguro Acidente do Trabalho	795			795			795
Imposto sobre mportação						(176)	176
Taxas florestais/lbama			(73)	73			73
Taxa de incêndio de edificações	127	19		108	13		95
Contribuição Social	2.396	2.396					
	3.843	2.415	(73)	1.501	13	(176)	1.664
Trabalhistas	362	12	(64)	414		(40)	454
Total das contingências	4.205	2.427	(137)	1.915	13	(216)	2.118
Depósitos judiciais	(3.732)	(2.135)	73	(1.670)	(13)	191	(1.848)
	473	292	(64)	245		(25)	270

(i) PIS e COFINS

Provisão relativa exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, valores referentes aos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. Para os demais períodos, as contribuições foram recolhidas na íntegra, passando a ser tratada como contingência ativa.

(ii) Taxa de incêndio de edificações

Discute-se a exigibilidade da taxa instituída pelo Estado de Minas Gerais, montante depositado judicialmente. Será protocolado pedido de renúncia da ação, as taxas de 2011 serão recolhidas ao fisco estadual.

(iii) Seguro de acidentes do trabalho

Busca percentuais de grau de risco diferenciados observada as atividades de cada e não a atividade econômica preponderante

(iv) Contribuição Social

Orientada pelos seus consultores jurídicos na interpretação da Lei nº 11.941/09 – REFIS IV, a Companhia registrou a atualização dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para fazer o abatimento da contribuição devida. Diante de pronunciamento da Receita Federal do Brasil contrário a atualização dos depósitos, a Companhia decidiu pelo registro da provisão e aguarda o momento da consolidação dos débitos para analisar as medidas judiciais cabíveis no sentido obter a compensação dos depósitos atualizados.

(v) Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações aproximadamente R\$7.177 (Consolidado) e R\$ 2.355 (Controladora) em 31 de dezembro de 2010 e R\$6.800 (consolidado) e R\$ 4.000 (Controladora R\$ 4.000) referem-se a contingências de natureza trabalhista e tributária cujo desfecho é considerável possível, para as quais não foram constituídas provisões.

(vi) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

18 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, está representado por 2.036.899 ações ordinárias com direito a voto e 1.532.160 ações preferenciais sem direito a voto, perfazendo o total de 3.569.059, todas escriturais e sem valor nominal. Não houve movimentação na quantidade de ações nos exercícios de 2010 e 2009.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes na controladas, registrados na data de transição (Nota 30), cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.

(iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária.

19 Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto. O cálculo do dividendo é assim demonstrado: Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2010 e 2009 como obrigações legais (provisões no passivo circulante) e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

	Controladora	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício da Controladora	14.356	243
Realização do custo atribuído	2.348	
Ajuste às práticas contábeis – antigo BRGAAP		2.481
Base de cálculo dos dividendos	16.704	2.724
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios	4.176	752
Juros sobre o capital próprio, distribuídos no exercício	(4.199)	
IRRF incidente juros sobre capital próprio	630	
Dividendos a pagar	607	752
	Consolidado	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício da controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	2.042	20.831
Realização do custo atribuído	58	
Ajuste às práticas contábeis – antigo BRGAAP		(942)
Constituição das reservas legal e de incentivos fiscais	(894)	(1.801)
Base de cálculo dos dividendos	1.206	18.088
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada	302	4.522
Dividendo devido aos minoritários na controlada (14,565%)	44	659
Dividendos a pagar	44	659

20 Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas. A Companhia e suas controladas concluíram que possui somente um segmento.

21 Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita bruta				
Vendas mercado interno	570.339	410.746	346.869	230.772
Vendas mercado externo	12.533	12.632	5.164	8.219
	582.872	423.378	352.033	238.991
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e COFINS	(82.295)	(60.604)	(53.986)	(37.617)
Devoluções e abatimentos	(6.236)	(4.795)	(3.117)	(2.520)
Receita líquida	494.341	357.979	294.930	198.854

22 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Benefícios a empregados				
Salários, incluído custo de rescisões	50.774	45.204	27.046	25.121
Participações dos empregados	1.290		675	
Assistências a empregados	14.217	11.681	7.048	6.091
Comissões	10.311	7.370	5.699	4.077
Custos previdenciários	15.686	12.257	8.478	6.862
FGTS	3.899	3.617	2.063	2.022
	96.177	80.129	51.009	44.173
Outros				
Matéria-prima e materiais	152.091	92.510	111.339	83.912
Produtos químicos	48.629	36.216	20.876	14.569
Serviços de industrialização	113	214	51	61
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.296	6.175	1.608	3.301
Energia elétrica	32.258	24.864	13.977	10.850
Depreciações e amortizações	14.372	18.084	7.773	9.972
Combustíveis	19.647	15.357	12.303	10.157
Embalagens	2.844	2.203	1.521	1.207
Serviços de terceiros	9.612	7.956	6.268	5.928
Fretes	19.519	13.952	8.095	5.784
Aluguéis de máquinas e outros	1.259	809	681	502
Manutenções	10.665	7.009	6.613	3.741
Materiais de consumo	29.510	14.352	10.152	6.202
Outras despesas	9.150	5.364	22.115	1.649
	451.142	325.194	274.381	202.008
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	391.552	277.642	238.358	172.555
Despesas comerciais	38.496	31.274	18.677	16.528
Despesas gerais e administrativas	21.094	16.278	17.346	12.925
	451.142	325.194	274.381	202.008

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

	Imposto de renda			Contribuição social		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	65.742	45.504	48.956	78.213	46.542	16.739
Prejuízo fiscal utilizado para abatimento de multa e juros conforme Lei 11.941/09 - Refis IV		(10.657)	(5.293)	(7.303)		(595)
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	(8.523)	30.896		(8.291)	31.671	
Diferenças intertemporais, principalmente provisões	15.171	12.546	10.661	15.043	12.546	4.260
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	72.390	78.289	54.324	77.662	90.759	20.404
Alíquota	25%	25%	25%	9%	9%	9%
Crédito tributário	18.098	19.573	13.581	6.990	8.168	1.836
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (i)	(7.599)	(8.595)	(9.129)	35	(2.890)	(1.456)
Total	10.499	10.978	4.452	7.025	5.278	380
Passivo						
Custo atribuído do imobilizado	(33.909)	(34.228)	(33.562)	(11.691)	(12.481)	(12.290)
Líquido	(23.410)	(23.250)	(29.110)	(4.666)	(7.203)	(11.910)

	Imposto de renda			Contribuição social	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	27.792	25.038		29.698	42.106
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano-calendário	(2.870)	13.411		(4.691)	(2.785)
Prejuízo fiscal utilizado para abatimento de multa e juros conforme Lei 11.941/09 - Refis IV			(10.657)		(7.303)
Diferenças intertemporais, principalmente provisões	8.475	6.284	5.793	8.475	6.284
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	33.397	34.076	30.800	40.493	48.390
Alíquota	25%	25%	25%	9%	9%
Crédito tributário	8.349	8.519	7.700	3.644	4.355
Crédito tributário não reconhecido contabilmente	(40)	(113)	(4.456)	(9)	(2.200)
Total	8.309	8.406	3.244	3.635	2.155
Passivo					
Custo atribuído do imobilizado	(26.433)	(27.214)	(27.926)	(9.515)	(9.797)
Líquido	(18.124)	(18.808)	(24.682)	(5.880)	(7.642)

Em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía saldos de contribuição social diferidos, devido ao fato de não estar recolhendo a referida contribuição. Em 2009, com a adesão ao Refis (Nota 16), a Companhia efetuou o pagamento referente a exercícios anteriores e, conseqüentemente, passou a ter direito aos correspondentes créditos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2019, conforme estudo aprovado pela administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2009			677			677
2010		3.741	2.086		435	1.368
2011	6.342	1.866	1.914	2.356	563	1.199
2012	3.424	1.185	155	2.728	718	
2013	2.492	1.192		1.814	968	
2014 a 2019	5.268	8.272		5.046	7.877	
	17.526	16.256	4.832	11.944	10.561	3.244

(c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo.

	Imposto de Renda			Contribuição Social		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo do custo atribuído do imobilizado	136.059	139.525	136.557	136.059	139.525	136.557
Alíquotas (i)	3,2% a 25%	3,2% a 25%	3,2% a 25%	9%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	33.909	34.228	33.562	11.691	12.481	12.290

(i) As alíquotas relativas às taxas efetivas de imposto de renda calculadas para o período em que as controladas usufruem do benefício fiscal da Sudene, isenção de 75% do lucro da exploração da atividade, são inferiores a taxa incidente na Controladora.

As taxas efetivas de imposto de renda das controladas até o exercício de 2019, são: Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte 3,2%; e Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio 9,9%.

	Imposto de Renda			Contribuição Social		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo do custo atribuído do imobilizado	105.728	108.856	111.702	105.728	108.856	111.702
Alíquotas	25%	25%	25%	9%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	26.433	27.214	27.926	9.515	9.797	10.053

(d) Subvenções governamentais

As controladas, instaladas na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, os benefícios gerados são registrados no patrimônio líquido das controladas em conta de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Cedronorte e da Santo Antônio são respectivamente:

- Projeto de implantação (25% até o ano calendário de 2008 e 12,5% a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013): Laudos do Ministério da Integração Nacional - MIT nºs 0114/2005 e 0234/2006 e processos da Secretaria da Receita Federal do Brasil nºs 10620.000353/2005-89 e 13683.000265/2006-11; e
- Projetos de Modernização total dos empreendimentos industriais (75% com vigência a partir do ano-calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudos Constitutivos do MIT nº 0090/2010 e 119/2010 e processos da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 13609.001.083/2010-37 e 10620.000.494/2010-69, Atos Declaratórios Executivos DRF/STL/MG nº 005/2011 e nº 001/2011.

26 Lucro por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares, exceto valores por ação):

	2010	2009
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	14.356	243
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	2.036.899	2.036.899
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.532.160	1.532.160
Denominador para lucros básicos e diluídos por ação	3.569.059	3.569.059
Lucro básico e diluído por ação ordinária	R\$ 4,02	R\$ 0,07
Lucro básico e diluído por ação preferencial	R\$ 4,02	R\$ 0,07

27 Plano de participação no resultado

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho.

Em 31 de outubro de 2010, a Companhia constituiu provisão para pagamento do bônus a empregados no montante de R\$ 397, reconhecido na rubrica de "salários a pagar", com base na melhor expectativa da administração e do departamento comercial quanto às metas de faturamento a ser realizada até o final do exercício de 2010.

28 Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2010 a cobertura para risco de incêndio raio e explosão de qualquer natureza totaliza no consolidado R\$ 170.753 (controladora - R\$ 120.306) (2009 – R\$ 150.807, consolidado R\$ 94.391).

29 Reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do exercício – consolidado (não auditado)

	2010	2009
EBITDA	42.966	48.405
Resultado financeiro (Nota 24)	(12.740)	(22.395)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 25(a))	(1.201)	(4.649)
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	(14.372)	(18.084)
Lucro líquido do exercício	14.653	3.277

30 Transição para o IFRS

30.1 Fundamentação da transição para o IFRS

30.1.1 Aplicação do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com o IFRS. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS 1, como descrito na nota 2.1. Anteriormente, as demonstrações financeiras eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2009. A data-base destas demonstrações financeiras consolidadas é 31 de dezembro de 2010.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva do IFRS.

30.1.2 Isenções na adoção do IFRS

A Companhia utilizou-se das seguintes isenções opcionais e obrigatórias de aplicação retrospectiva:

- Isenção para combinação de negócios: a Companhia utilizou a isenção do IFRS 1 e não aplicou o IFRS 3 para aquisições anteriores a data de transição do IFRS.
- Custo atribuído do ativo imobilizado: a Companhia optou por ajustar os valores de certos itens do ativo imobilizado aos seus custos atribuídos, por acreditar que esse custo reflete mais adequadamente a posição desses itens;
- Classificação de instrumentos financeiros: a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.
- Ajuste de estimativas: a Companhia não efetuou qualquer ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente na data de transição para o IFRS.

30.2 Reconciliação entre IFRS e o BRGAAP

30.2.1 Reconciliação dos balanços patrimoniais em 01/01/2009

Ativo	Nota 30.2.4	Consolidado				Controladora			
		Antigo BRGAAP	Reclas- sificação	Ajuste	IFRS/CPC	Antigo BRGAAP	Reclas- sificação	Ajuste	IFRS/CPC
Circulante:									
Caixa e equivalentes de caixa		9.819			9.819	6.290			6.290
Contas a receber	(e) (i) e (iii)	38.309	66.240	(7.380)	97.169	18.172	40.570	(3.654)	55.088
Dividendos a receber						1.335			1.335
Estoques	(e) (iii)	80.724		4.989	85.713	36.639		2.600	39.239
Impostos e contribuições a recuperar	(e) (iii)	5.118		942	6.060	4.075		103	4.178
Despesas exercício seguinte		366			366	239			239
Outros ativos correntes	(e) (v)	3.007		36	3.043	803			803
		137.343	66.240	(1.413)	202.170	67.553	40.570	(951)	107.172
Não circulante:									
Impostos e contribuições a recuperar		24.125			24.125	8.742			8.742
Impostos diferidos		4.832	(4.832)			3.244	(3.244)		
Depósitos judiciais - contribuição social		7.175			7.175	4.247			4.247
Depósitos judiciais - outras ações ..		1.397			1.397	1.353			1.353
Outras contas do não circulante		1.297			1.297	942			942
Investimento em controladas	(a), (c) e (e) (iii)					133.270		15.405	148.675
Ágio	(e) (iv)	834	(834)			834			834
Imobilizado	(a)	172.735		136.946	309.681	50.609		111.702	162.311
Intangível	(e) (iv)	2.256	834		3.090	1.091			1.091
Diferido	(e) (v)	36		(36)					
		214.687	(4.832)	136.910	346.765	204.332	(3.244)	127.107	328.195
Total do ativo		352.030	61.408	135.497	548.935	271.885	37.326	126.156	435.367

30.2.1 Reconciliação dos balanços patrimoniais em 01/01/2009

	Nota 30.2.4	Consolidado				Controladora			
		Antigo BRGAAP	Reclas-sificação	Ajuste	IFRS/CPC	Antigo BRGAAP	Reclas-sificação	Ajuste	IFRS/CPC
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante:									
Fornecedores e Comissões a pagar		15.883			15.883	10.655			10.655
Mútuo com controlada						8.991			8.991
Empréstimos e financiamentos	(e) (i)	49.735	66.240		115.975	27.570	40.570		68.140
Debêntures		1.215			1.215				
Salários e obrigações sociais		8.688			8.688	4.908			4.908
Dividendos propostos		4.354			4.354	4.126		(751)	3.375
Outras contas do circulante	(e) (iii)	13.240		(899)	12.341	6.872			6.872
		93.115	66.240	(899)	158.456	63.122	40.570	(751)	102.941
Não circulante:									
Empréstimos e financiamentos		53.697			53.697	19.352			19.352
Provisão para contingências		373			373	270			270
Imposto de renda e contribuições social diferidos	(a)		(4.832)	45.852	41.020		(3.244)	37.979	34.735
Debêntures e outras contas		1.150			1.150	218			218
		55.220	(4.832)	45.852	96.240	19.840	(3.244)	37.979	54.575
Patrimônio líquido									
Capital social		102.600			102.600	102.600			102.600
Reserva de capital		2.297			2.297	2.297			2.297
Reservas de lucros	(e) (iii)	83.746		34	83.780	84.026		(246)	83.780
Ajuste de avaliação patrimonial				89.174	89.174			89.174	89.174
Total da participação dos acionistas controladores		188.643		89.208	277.851	188.923		88.928	277.851
Participação de não controladores	(a)	15.052		1.336	16.388				
Total do patrimônio líquido		203.695		90.544	294.239	188.923		88.928	277.851
Total do passivo e patrimônio líquido		352.030	61.408	135.497	548.935	271.885	37.326	126.156	435.367

30.2.2 Reconciliação das demonstrações de resultados de exercícios findos em 31/12/2009

	Nota 30.2.4	Consolidado			Controladora		
		Antigo BRGAAP	Ajustes	IFRS	Antigo BRGAAP	Ajustes	IFRS
Receita bruta de vendas		423.378		423.378	238.991		238.991
Deduções de vendas		(65.399)		(65.399)	(40.137)		(40.137)
Receita líquida de vendas		357.979		357.979	198.854		198.854
Custo dos produtos vendidos	(a)	(280.918)	3.276	(277.642)	(170.044)	(2.511)	(172.555)
Lucro bruto		77.061	3.276	80.337	28.810	(2.511)	26.299
Receitas (despesas) operacionais:							
Comerciais		(31.274)		(31.274)	(16.528)		(16.528)
Gerais e administrativas	(a)	(15.943)	(335)	(16.278)	(12.590)	(335)	(12.925)
Honorários dos administradores		(3.044)	(535)	(3.579)	(2.509)	(268)	(2.777)
Equivalência patrimonial	(a), (c) e (e) (iii)				8.733	(603)	8.130
Outras receitas (despesas), líquidas		1.104	11	1.115	(344)		(344)
Lucro operacional do resultado financeiro		27.904	2.417	30.321	5.572	(3.717)	1.855
Resultado financeiro							
Despesas financeiras		(25.966)		(25.966)	(11.138)		(11.138)
Receitas financeiras		4.861	(11)	4.850	3.899		3.899
Variações cambiais líquidas		(1.279)		(1.279)	(713)		(713)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos não controladores		5.520	2.406	7.926	(2.380)	(3.717)	(6.097)
Imposto de renda e contribuição social							
- corrente		(17.909)	2.694	(15.215)	(4.637)	(97)	(4.734)
- diferido	(a) e (e) (iii)	18.571	(8.005)	10.566	10.009	1.065	11.074
Participação dos administradores		(535)	535		(268)	268	
Resultado líquido do exercício antes da participação dos não controladores		5.647	(2.370)	3.277	2.724	(2.481)	243
Atribuível aos acionistas não controladores		(2.896)	(138)	(3.034)			
Lucro líquido do exercício		2.751	(2.508)	243	2.724	(2.481)	243

30.2.3 Reconciliação dos balanços patrimoniais em 31/12/2009

	Nota 30.2.4	Consolidado				Controladora			
		Antigo BRGAAP	Reclas-sificação	Ajuste	IFRS/CPC	Antigo BRGAAP	Reclas-sificação	Ajuste	IFRS/CPC
Ativo									
Circulante:									
Caixa e equivalentes de caixa		12.316			12.316	6.969			6.969
Contas a receber	(e) (i) e (iii)	45.006	61.192	(7.380)	98.818	19.380	34.356	(3.654)	50.082
Dividendos a receber						3.889			3.889
Estoques	(e) (iii)	63.197		5.113	68.310	34.233		2.600	36.833
Impostos e contribuições a recuperar		10.230		233	10.463	4.070		103	4.173
Impostos diferidos	(e) (ii)	3.721	(3.721)			435	(435)		
Outros ativos correntes		2.965			2.965	1.048			1.048
Despesas do exercício seguinte		197			197	179			179
		137.632	57.471	(2.034)	193.069	70.203	33.921	(951)	103.173
Não circulante:									
Impostos e contribuições a recuperar		17.934			17.934	9.464			9.464
Impostos diferidos	(e) (ii)	16.991	(12.535)	(4.456)		10.126	(10.126)		
Depósitos judiciais - contribuição social		1.565			1.565				1.565
Depósitos judiciais - outras ações		1.522			1.522	1.426			1.426
Outras contas do não circulante		1.548			1.548	1.213			1.213
Investimento em controladas	(a), (c) e (e) (iii)					138.114		14.802	152.916
Ágio	(e) (iv)	834	(834)			834			834
Imobilizado	(a)	167.258		139.796	307.054	48.092		108.856	156.948
Intangível		6.767	834		7.601	5.942			5.942
		214.419	(12.535)	135.340	337.224	216.776	(10.126)	123.658	330.308
Total do ativo		352.051	44.936	133.306	530.293	286.979	23.795	122.707	433.481

30.2.3 Reconciliação dos balanços patrimoniais em 31/12/2009

Passivo e patrimônio líquido	Nota 30.2.4	Consolidado				Controladora			
		Antigo BRGAAP	Reclas-sificação	Ajuste	IFRS/CPC	Antigo BRGAAP	Reclas-sificação	Ajuste	IFRS/CPC
Circulante:									
Fornecedores e Comissões a pagar		19.321			19.321	37.620			37.620
Empréstimos e financiamentos	(e) (i)	43.462	61.192		104.654	25.816	34.356		60.172
Salários e obrigações sociais		7.924			7.924	4.455			4.455
Dividendos propostos	(b)	3.115	(1.704)		1.411	2.452	(1.700)		752
Programa de Recuperação Fiscal		13.917			13.917				
Outras contas do circulante	(e) (iii)	10.851		(1.577)	9.274	6.486		(751)	5.735
		98.590	59.488	(1.577)	156.501	76.829	32.656	(751)	108.734
Não circulante:									
Empréstimos e financiamentos		46.109			46.109	20.478			20.478
Provisão para contingências		348			348	245			245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)		(16.256)	46.709	30.453		(10.561)	37.011	26.450
Outras contas a pagar		777			777	232			232
		47.234	(16.256)	46.709	77.687	20.955	(10.561)	37.011	47.405
Patrimônio líquido									
Capital social		102.600			102.600	102.600			102.600
Reserva de capital		2.297			2.297	2.297			2.297
Reservas de lucros	(e) (iii)	84.045	1.704	(316)	85.433	84.298	1.700	(565)	85.433
Ajuste de avaliação patrimonial				87.012	87.012			87.012	87.012
Total da participação dos acionistas controladores		188.942	1.704	86.696	277.342	189.195	1.700	86.447	277.342
Participação de não controladores	(a)	17.285		1.478	18.763				
Total do patrimônio líquido		206.227	1.704	88.174	296.105	189.195	1.700	86.447	277.342
Total do passivo e patrimônio líquido		352.051	44.936	133.306	530.293	286.979	23.795	122.707	433.481

30.2.4 Reconciliação dos balanços patrimoniais consolidados e controladora em 31/12/2009

Descrição das principais diferenças entre IFRS e o antigo BRGAAP que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

a) Mensuração do imobilizado: na adoção inicial do IFRS/CPCs, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos a determinados ativos imobilizados, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado anteriormente diverge, de forma significativa, do valor justo de realização destes ativos.

A definição dos custos atribuídos de determinados itens do ativo imobilizado da Companhia foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa terceirizada especializada no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

b) Proposta de pagamento de dividendo: de acordo com o IFRS/CPCs, somente os dividendos mínimos obrigatórios devem ser registrados nas demonstrações financeiras antes de sua aprovação. A proposta da Administração de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório deve ser registrada dentro do patrimônio líquido, em conta específica dentro da reserva de lucros, a ser registrado passivo após aprovação em Assembleia. Desta forma, foi efetuado um ajuste do saldo de R\$ 1.768 mil registrado no passivo em 31 de dezembro de 2009, referente à proposta da Administração de distribuição de dividendos complementares do exercício, para a referida conta no patrimônio líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda diferido foi registrado sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre o antigo BRGAAP e os IFRS/CPCs.

d) Lucros não realizados: de acordo com o IFRS/CPCs, os lucros não realizados decorrentes de vendas efetuadas para controladas devem ser ajustados nas demonstrações financeiras individuais.

e) Reclassificações: de acordo com o IFRS foram ainda efetuadas as seguintes principais reclassificações às demonstrações financeiras consolidadas:

- As obrigações contraídas referentes a contratos de *vendor* foram incluídas no passivo corrente e não foram registradas como redução do contas a receber;
- Reclassificação de impostos diferidos do curto prazo para o longo prazo e compensação dos saldos de ativo e passivo;
- Ajuste dos efeitos das vendas CIF em trânsito na data do balanço;
- Reclassificação dos ágios apurados na aquisição das controladas para o ativo intangível;
- Reclassificação dos gastos pré operacionais para apropriação ao resultado de 2009; e
- Reclassificação das participações dos administradores.

31 Representação dos ITRs

A Companhia irá aproveitar o prazo adicional concedido pela CVM através da Deliberação nº 656/11, para rerepresentar os seus ITRs de 2010 comparativamente com os de 2009 também ajustados às normas de 2010, devendo fazê-lo até a data da apresentação do 1º ITR de 2011.

Os efeitos líquidos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010 nos ITRs podem ser assim sumariados:

	Consolidado (Não auditado)					
	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009
Patrimônio líquido						
Saldo anteriormente publicado	201.827	199.793	191.626	170.110	180.459	180.735
Imobilizado - <i>deemed cost</i>	87.012	87.012	87.012	89.174	89.174	89.174
Depreciação do <i>deemed cost</i>	(1.623)	(1.082)	(541)	(1.620)	(1.080)	(540)
Depreciação - revisão da vida útil	2.430	1.428	426	2.817	1.878	939
Impostos diferidos - alíquotas efetivas	(302)	(302)	(302)	(1.713)	(2.016)	(2.215)
Lucro nos estoques	520	273	421	430	442	473
Saldo ajustado	<u>289.864</u>	<u>287.122</u>	<u>278.642</u>	<u>259.198</u>	<u>268.857</u>	<u>268.566</u>
Resultado do período						
Saldo anteriormente publicado	18.202	11.969	3.802	(18.533)	(8.184)	(7.908)
Imobilizado - <i>deemed cost</i>	(1.623)	(1.082)	(541)	(1.620)	(1.080)	(540)
Depreciação - revisão da vida útil	3.006	2.004	1.002	2.817	1.878	939
Impostos diferidos - alíquotas efetivas	(302)	(302)	(302)	(1.713)	(2.016)	(2.215)
Lucro nos estoques	256	9	157	150	162	193
Saldo ajustado	<u>19.539</u>	<u>12.598</u>	<u>4.118</u>	<u>(18.899)</u>	<u>(9.240)</u>	<u>(9.531)</u>
Patrimônio líquido						
Saldo anteriormente publicado	202.176	200.041	191.954	170.540	180.902	181.195
Imobilizado - <i>deemed cost</i>	87.012	87.012	87.012	89.174	89.174	89.174
Depreciação do <i>deemed cost</i>	(1.623)	(1.082)	(541)	(1.620)	(1.080)	(540)
Depreciação - revisão da vida útil	2.430	1.428	426	2.817	1.878	939
Impostos diferidos - alíquotas efetivas	(302)	(302)	(302)	(1.713)	(2.016)	(2.215)
Lucro nos estoques	171	25	93		(1)	13
Saldo ajustado	<u>289.864</u>	<u>287.122</u>	<u>278.642</u>	<u>259.198</u>	<u>268.857</u>	<u>268.566</u>
Resultado do período						
Saldo anteriormente publicado	18.299	11.965	3.878	(18.383)	(8.021)	(7.728)
Depreciação do <i>deemed cost</i>	(1.623)	(1.082)	(541)	(1.620)	(1.080)	(540)
Depreciação - revisão da vida útil	3.006	2.004	1.002	2.817	1.878	939
Impostos diferidos - alíquotas efetivas	(302)	(302)	(302)	(1.713)	(2.016)	(2.215)
Lucro nos estoques	159	13	81		(1)	13
Saldo ajustado	<u>19.539</u>	<u>12.598</u>	<u>4.118</u>	<u>(18.899)</u>	<u>(9.240)</u>	<u>(9.531)</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiano Ratton Mascarenhas
Presidente

Amélia Gonzaga Carvalho Silva
Vice-presidente

André Maurício Miranda
Vice-presidente

Alberto Haas
Secretário

Aguinaldo Diniz Filho

Ayres Augusto Álvares da Silva Mascarenhas

Clarissa Cançado de Lara Resende

Estevam Rodrigo de Mascarenhas e Magalhães

Fabiano Soares Nogueira

Fernando Bicalho Dias

Paula Mascarenhas de Freitas Borges

Sérgio Rabello Tamm Renault

Silvio Diniz Ferreira Júnior

DIRETORIA

Aguinaldo Diniz Filho
Diretor-Presidente

Fábio Mascarenhas Alves
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Fabiano Soares Nogueira
Diretor Executivo

Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Diretor Executivo

Luiz César Guimarães
Diretor Executivo

Francisco Geraldo Batista Cavalcanti
Diretor Adjunto

Marco Antônio Branquinho Júnior
Diretor Adjunto

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares
Gerente de Controladoria
Contador CRC-MG 32.041/O-4

Antônio Pereira Filho
Contador CRC-MG 49.896/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 30 de março de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG
Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-1 "S" MG



EXPEDIENTE

Coordenação Editorial – Lélío Fabiano Comunicação
Projeto Gráfico, Arte e Editoração – AVI Design
Fotografia – Light Press
Impressão – Gráfica Formato

